

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026****(Processo Administrativo nº 2340/2026)****(Processo Licitatório nº 082/2026)**

TORNA-SE PÚBLICO que a **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, sediada na Rua Porto Alegre, 350 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, **REALIZARÁ LICITAÇÃO**, na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que integram o presente ato convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) designado(a), denominado(a) Pregoeiro(a), devidamente designados(as) pelas Portarias nºs 22.776, de 18 de junho de 2025 e 22.777, de 18 de junho de 2025, e suas eventuais alterações. O servidor(a) terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

A gestão contratual será exercida pelos gestores e fiscais de contratos, devidamente designados pela Portaria nº 22.745, de 09 de junho de 2025, e suas eventuais alterações, sendo que as apurações de responsabilidade contratual que se fizerem necessárias serão conduzidas pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC, nos termos da Lei Complementar nº 262, de 04 de abril de 2024.

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:

08h00 do dia 21/05/2026 (Horário de Brasília - DF).

DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO:	23h59 do dia 03/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08h29 do dia 10/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08h30 do dia 10/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
LOCAL:	Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br
MODO DE DISPUTA:	Aberto.

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA TI E SOFTWARE DE CONTROLE E GESTÃO EM SAÚDE PARA O SAMU, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em GRUPO ÚNICO, formado por 2 itens, conforme tabela constante no item 1.1. do Termo de Referência (Anexo II), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preços GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

2.6.1. O afastamento da reserva de cota não impede a participação de ME e EPP no certame, permanecendo plenamente garantidos todos os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, tais como o direito de preferência (empate ficto) e o prazo para regularização fiscal e trabalhista tardia, nos termos da legislação vigente.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.

2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.7.4.1. O impedimento de que trata o acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na

gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso, encontrando-se devidamente consignado no Termo de Referência (Anexo II).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica.

4.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

4.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

4.6.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica.

4.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

4.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores.

4.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do grupo.

5.1.2. Marca.

5.1.3. Fabricante.

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante deverá apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo do grupo, sendo vedada a oferta em quantitativo inferior.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência (Anexo II).

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto produzido por:

6.20.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo.

6.20.2. Empresas brasileiras.

6.20.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.20.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e dos demais impedimentos previstos no item 2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação na licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf.

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro poderá verificar se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis.

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

- 7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
- 7.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 7.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
- 7.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor demandante.

7.15. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.16. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação.

8. DA FASE DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Em relação ao consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio idôneo que assegure a veracidade das informações.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura de Fernandópolis, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

8.12.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

8.12.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço eletrônico constante neste Edital.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,

§1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura de Fernandópolis para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR).
- b) Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente.
- c) Outro meio eletrônico.

12.4. O Aceite do Pedido de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

12.4.1. Referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital.

12.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.5. Os prazos dos itens 12.2 e 12.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.

13.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

13.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

13.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

13.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa.

13.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

13.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

13.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura de Fernandópolis, as sanções administrativas previstas no ITEM 13.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista

acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação ao Edital e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, exclusivamente por intermédio da plataforma indicada no preâmbulo deste Edital.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis, no endereço: <https://www.fernandopolis.sp.gov.br/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO.

Fernandópolis-SP, 19 de maio de 2026.

JOAO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal de Fernandópolis

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar visa fundamentar a Contratação de Empresa Especializada para a disponibilização de solução integrada de Infraestrutura TI e Software de Controle e Gestão em Saúde para o SAMU.

Problema a ser resolvido sob a perspectiva do Interesse Público

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a comunicação crítica, contínua e segura entre a Central de Regulação do SAMU e as unidades móveis, bem como de aprimorar a gestão operacional dos atendimentos de urgência e emergência.

A solução permitirá o monitoramento em tempo real das ocorrências, o uso eficiente dos recursos disponíveis e a integração das informações assistenciais e operacionais, contribuindo diretamente para a redução do tempo de resposta e melhoria da qualidade do atendimento à população.

Adicionalmente, viabiliza o registro e armazenamento das comunicações e dados das ocorrências, assegurando rastreabilidade, transparência e suporte às auditorias, além de garantir respaldo jurídico às decisões médicas.

Dessa forma, a contratação mostra-se essencial para assegurar a continuidade, eficiência e segurança do serviço público de saúde, mitigando riscos operacionais e fortalecendo o controle e a governança das ações do SAMU.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente demanda não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Fernandópolis para o exercício de 2026.

Contudo, a contratação decorre de necessidade superveniente e relevante, indispensável à continuidade dos serviços públicos de saúde, especialmente no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, cuja operação depende de solução tecnológica adequada para regulação médica, gestão de ocorrências, controle de viaturas e rastreabilidade dos atendimentos.

A ausência de sistema integrado compromete a eficiência operacional, o tempo de resposta e a qualidade da assistência prestada à população, podendo acarretar risco de descontinuidade do serviço e prejuízo ao interesse público.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a não previsão no PCA não impede a contratação, desde que devidamente justificada, o que se verifica no presente caso, diante da urgência e da essencialidade da solução.

Dessa forma, a contratação caracteriza-se como demanda excepcional devidamente motivada, recomendando-se sua inclusão no próximo ciclo de planejamento, a fim de assegurar o alinhamento com o instrumento de gestão institucional.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras

Em atenção ao dever de padronização e otimização das especificações técnicas, A CONTRATAÇÃO OBSERVARÁ O CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para os itens e códigos a seguir:

GRUPO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOFTWARE DE CONTROLE, REGULAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE, SEM LIMITE NO NÚMERO DE USUÁRIOS, DESTINADA AO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP (CENTRAL DE REGULAÇÃO), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ESPECIALMENTE A LEI Nº 14.133/2021, A LEI Nº 13.709/2018 (LGPD), A PORTARIA MS/GM Nº 2048/2002, PORTARIA MS Nº 2026/2011, PORTARIA MS Nº 1010/2012 E PORTARIA SAS/MS Nº 356/2013, BEM COMO SUAS ATUALIZAÇÕES. A SOLUÇÃO DEVERÁ SER DISPONIBILIZADA EM AMBIENTE WEB, ACESSÍVEL POR NAVEGADORES, COM OPERAÇÃO CONTÍNUA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, HOSPEDADA EM DATACENTER TIER 3 LOCALIZADO EM TERRITÓRIO NACIONAL, GARANTINDO ALTA DISPONIBILIDADE, INTEGRIDADE, CONFIDENCIALIDADE E RASTREABILIDADE DAS INFORMAÇÕES, MEDIANTE CONTROLE DE ACESSO POR NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AUTENTICAÇÃO SEGURA, CRIPTOGRAFIA DE DADOS, REGISTRO DE LOGS, BLOQUEIO POR TENTATIVAS INVÁLIDAS E REGISTRO INTEGRAL DE TODAS AS AÇÕES REALIZADAS NO SISTEMA COM IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO, DATA E HORA. O SISTEMA DEVERÁ CONTEMPLAR, DE FORMA INTEGRADA, A GESTÃO COMPLETA DO FLUXO OPERACIONAL DO SAMU, INCLUINDO REGISTRO DE CHAMADAS PELO TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA (TARM), ENCAMINHAMENTO AUTOMÁTICO PARA REGULAÇÃO MÉDICA,	26077	MÊS



<p>CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE E CRITICIDADE, CONTROLE INTEGRAL DAS ETAPAS DE ATENDIMENTO (CHAMADO, REGULAÇÃO, DESPACHO, ATENDIMENTO E ENCERRAMENTO), BEM COMO CONTROLE AUTOMÁTICO DOS TEMPOS DE RESPOSTA, SEM POSSIBILIDADE DE EDIÇÃO MANUAL, GARANTINDO RASTREABILIDADE E AUDITABILIDADE.</p> <p>DEVERÁ AINDA POSSUIR MÓDULO DE REGULAÇÃO MÉDICA COM REGISTRO OBRIGATÓRIO DAS AÇÕES DE TELEMEDICINA, DEFINIÇÃO DE CONDUTAS COM OU SEM INTERVENÇÃO, CLASSIFICAÇÃO POR PROTOCOLOS RECONHECIDOS (COMO MANCHESTER OU EQUIVALENTE), E CONTROLE DE TRANSFERÊNCIAS INTER-HOSPITALARES E GESTÃO DE VAGAS.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR GESTÃO DE FROTA COM MONITORAMENTO EM TEMPO REAL, RASTREAMENTO DE VIATURAS POR GEOLOCALIZAÇÃO, CONTROLE DE DESLOCAMENTOS E TEMPOS OPERACIONAIS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE ENVIO SIMULTÂNEO DE MÚLTIPLAS VIATURAS PARA UMA MESMA OCORRÊNCIA, DEVENDO OBRIGATORIAMENTE ATENDER E SER IMPLEMENTADA EM, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS EMBARCADOS E PLENA OPERACIONALIZAÇÃO EM CAMPO.</p> <p>DEVERÁ SER REALIZADO O SERVIÇO INTEGRADO DE LICENCIAMENTO MOBILE PARA 07 (SETE) DISPOSITIVOS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM O FORNECIMENTO DE 07 (SETE) TABLETS, INCLUINDO PLANO DE DADOS 4G COM FRANQUIA MENSAL COMPATÍVEL COM A OPERAÇÃO, BEM COMO ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, TAIS COMO CAPA ANTICHOQUE, PELÍCULA PROTETORA DE TELA E CARREGADOR, DEVIDAMENTE CONFIGURADOS E INTEGRADOS AO SISTEMA.</p> <p>NO MÓDULO DE ATENDIMENTO EM CENA, O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR O REGISTRO COMPLETO DE DADOS CLÍNICOS DO PACIENTE, INCLUINDO SINAIS VITAIS, PROCEDIMENTOS REALIZADOS, MEDICAMENTOS ADMINISTRADOS, CONDUTAS ADOTADAS, IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE E REGISTRO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES, SENDO VEDADA A ALTERAÇÃO DOS DADOS APÓS A FINALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO.</p> <p>DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE POSSUIR INTEGRAÇÕES COM SISTEMAS DE GEOLOCALIZAÇÃO (MAPAS E COORDENADAS), RASTREAMENTO DE VIATURAS, DISPOSITIVOS MÓVEIS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS E SISTEMA DE GRAVAÇÃO TELEFÔNICA INTEGRADO, COM ARMAZENAMENTO DAS CHAMADAS, VINCULAÇÃO AUTOMÁTICA AOS RESPECTIVOS ATENDIMENTOS, POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO, CONSULTA E EXPORTAÇÃO DE ÁUDIOS, GARANTINDO RASTREABILIDADE E SUPORTE À AUDITORIA.</p> <p>O SISTEMA DEVERÁ DISPONIBILIZAR MÓDULO MOBILE COM FUNCIONAMENTO ONLINE E OFFLINE, COM SINCRONIZAÇÃO AUTOMÁTICA COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO, PERMITINDO O REGISTRO COMPLETO DAS OCORRÊNCIAS EM CAMPO PELAS EQUIPES DE ATENDIMENTO.</p> <p>DEVERÁ AINDA CONTEMPLAR MÓDULO DE RELATÓRIOS E BUSINESS INTELLIGENCE (BI), COM GERAÇÃO DE RELATÓRIOS OPERACIONAIS, GERENCIAIS E ESTATÍSTICOS, INDICADORES EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXPORTAÇÃO DE DADOS EM FORMATOS PDF, XLS E HTML, BEM COMO DASHBOARDS COM INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ POSSUIR MECANISMOS ROBUSTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO REGISTRO COMPLETO DE LOGS DE ACESSO, CONTROLE DE USUÁRIOS E PERMISSÕES, PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES CIBERNÉTICOS (TAIS COMO SQL INJECTION E XSS), BACKUP PERIÓDICO E GARANTIA DE INTEGRIDADE DOS DADOS.</p> <p>DEVERÁ TAMBÉM CONTEMPLAR MÓDULOS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS, TAIS COMO CONTROLE DE ALMOXARIFADO DE INSUMOS, GESTÃO DE ESCALA DE EQUIPES, CONTROLE DE EQUIPAMENTOS, CHECKLIST OPERACIONAL E MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DAS OCORRÊNCIAS.</p> <p>A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO INTEGRAL DO OBJETO, DEVENDO IMPLANTAR O SISTEMA, REALIZAR TESTES E VALIDAÇÕES, GARANTIR COMPATIBILIDADE COM A OPERAÇÃO DO SAMU, PRESTAR SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, ATENDER AOS CHAMADOS CONFORME NÍVEIS DE SEVERIDADE (SLA), REALIZAR MANUTENÇÕES CORRETIVAS, PREVENTIVAS E EVOLUTIVAS, BEM COMO PROMOVER TREINAMENTO INICIAL E CONTÍNUO DE TODOS OS USUÁRIOS, COM APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CERTIFICAÇÃO, DEVENDO AINDA DISPONIBILIZAR TREINAMENTO PRESENCIAL SEMPRE QUE NECESSÁRIO E GARANTIR SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL SEMPRE QUE</p>		
---	--	--



	SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALMENTE EM SITUAÇÕES CRÍTICAS OU QUE COMPROMETAM A OPERAÇÃO DO SERVIÇO. DEVERÁ AINDA GARANTIR O SIGILO, A CONFIDENCIALIDADE E A PROTEÇÃO DOS DADOS, RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE POR EVENTUAIS VAZAMENTOS OU USO INDEVIDO DAS INFORMAÇÕES, SENDO VEDADA A REPRODUÇÃO OU COMPARTILHAMENTO DE DADOS SEM AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, ASSUMINDO INTEGRALMENTE TODOS OS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E OPERACIONAIS, NÃO GERANDO QUALQUER VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO ARCAR COM TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, EQUIPAMENTOS E DEMAIS CUSTOS INDIRETOS. DEVERÁ GARANTIR A DISPONIBILIDADE CONTÍNUA DO SISTEMA E DOS DADOS, EVITANDO INTERRUPÇÕES, COMUNICANDO IMEDIATAMENTE EVENTUAIS FALHAS E ADOTANDO MEDIDAS CORRETIVAS, ALÉM DE DISPONIBILIZAR À ADMINISTRAÇÃO, SEMPRE QUE SOLICITADO, A BASE COMPLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES EM FORMATOS ABERTOS, TAIS COMO CSV E PDF, ASSEGURANDO BACKUP E ARMAZENAMENTO ADEQUADO DAS INFORMAÇÕES.		
2	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO PRESENCIAL DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE DO SAMU, COMPREENDENDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA EM AMBIENTE DE PRODUÇÃO, INCLUINDO A ADEQUAÇÃO DOS MÓDULOS ÀS ROTINAS OPERACIONAIS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE USUÁRIOS E PERFS DE ACESSO, CADASTRAMENTO DE ESTRUTURAS OPERACIONAIS (UNIDADES, VIATURAS, EQUIPES E PARÂMETROS DO SISTEMA), REALIZAÇÃO DE TESTES FUNCIONAIS E VALIDAÇÃO OPERACIONAL, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO.	26972	SRV

Natureza do Serviço

Certifica-se que ESTE OBJETO SE TRATA DE SERVIÇO COMUM, pois é um serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado e é utilizado amplamente por outros órgãos da Administração Pública, não se caracterizando como serviço de natureza singular.

Justificativa de Terceirização

Certifica-se que a contratação recai sobre solução tecnológica de apoio à atividade administrativa e operacional da saúde, demandando especialização técnica, suporte contínuo e capacidade de evolução tecnológica, não se confundindo com a delegação de competências decisórias ou finalísticas da Administração.

Participação de Pessoas Físicas

Em observância aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, e considerando a natureza de serviço contínuo e de alta complexidade técnica da presente contratação, não será admitida a participação de pessoas físicas no certame.

Tal vedação fundamenta-se no fato de que a execução do objeto demanda estrutura organizacional compatível, envolvendo capacidade técnica especializada, suporte

operacional contínuo, disponibilidade de equipe multidisciplinar, meios logísticos adequados e aptidão para garantir a continuidade do serviço, inclusive com substituição imediata de recursos humanos e materiais, quando necessário.

Adicionalmente, a contratação exige a assunção de obrigações de suporte técnico ininterrupto, cumprimento de níveis de serviço (SLA), garantia de disponibilidade da solução e responsabilidade pela segurança e integridade das informações, o que pressupõe a existência de organização empresarial estruturada.

Dessa forma, a restrição à participação de pessoas físicas mostra-se medida proporcional e necessária, visando assegurar a adequada execução contratual, a continuidade do serviço público e a mitigação de riscos operacionais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Tratamento Jurídico Diferenciado Previsto na Lei Complementar nº 123/06

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, foi analisada a possibilidade de aplicação de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente quanto à participação exclusiva ou à divisão do objeto em itens ou lotes.

Entretanto, considerando as características da presente contratação, que envolve solução integrada de tecnologia da informação com operação contínua, alta complexidade técnica e necessidade de plena interoperabilidade entre os módulos, conclui-se pela inviabilidade de parcelamento do objeto, sob pena de comprometimento da execução contratual e da eficiência do serviço.

A eventual fragmentação da solução poderia gerar riscos à integração dos sistemas, à segurança das informações, à rastreabilidade das operações e à responsabilidade pela manutenção e suporte técnico, impactando diretamente a continuidade e a qualidade do serviço público de saúde.

Ressalta-se que não há impedimento à participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, desde que atendam aos requisitos técnicos exigidos, sendo assegurados os demais benefícios legais aplicáveis.

Dessa forma, justifica-se a não adoção de tratamento diferenciado quanto à exclusividade ou reserva de cota, em razão da natureza indivisível e da complexidade do objeto, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público.

Vistoria

A realização de vistoria prévia não será exigida, pois foi constatado que as especificações contidas no Termo de Referência (a ser elaborado) são suficientes para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do serviço, não havendo risco de elaboração de propostas inexequíveis devido à falta de conhecimento do local.

Exigência de Instalação de Escritório na Localidade

Para a presente contratação, não será exigida a instalação de escritório ou base operacional no município de Fernandópolis/SP. Tal decisão fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços de tecnologia da informação com possibilidade de execução predominantemente remota, especialmente no que se refere ao suporte técnico, manutenção e monitoramento da solução.

A exigência de estrutura física local, nesse contexto, não se mostra necessária para a adequada execução contratual e poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, em afronta aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, contudo, que a contratada deverá garantir atendimento presencial sempre que necessário, especialmente em situações críticas, de implantação inicial ou quando a complexidade da ocorrência assim exigir, conforme condições a serem estabelecidas no Termo de Referência.

Dessa forma, assegura-se o equilíbrio entre a eficiência na execução contratual e a ampla competitividade do procedimento licitatório.

Garantia do Serviço

A garantia do serviço prestado observa o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), aplicando-se os prazos legais cabíveis.

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como serviço continuado de tecnologia da informação com operação crítica, a adequada execução contratual será assegurada, principalmente, por meio de níveis mínimos de serviço (SLA), incluindo prazos de atendimento, solução de incidentes, disponibilidade do sistema e suporte técnico contínuo.

Não se verifica, portanto, necessidade técnica ou econômica de exigência de garantia contratual adicional específica, uma vez que a qualidade e a continuidade dos serviços serão monitoradas e exigidas por meio de indicadores de desempenho e mecanismos de fiscalização contratual.

Garantia da Contratação

Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. A decisão fundamenta-se na análise de que os riscos inerentes à contratação podem ser adequadamente mitigados por meio de instrumentos contratuais mais eficazes e proporcionais, tais como a definição de níveis mínimos de serviço (SLA), a aplicação de sanções administrativas, multas contratuais e a possibilidade de glosas nos pagamentos.

Adicionalmente, a exigência de garantia poderia acarretar ônus desnecessário aos licitantes, com potencial impacto na competitividade e nos preços ofertados, sem ganho efetivo na segurança da execução contratual.

Dessa forma, entende-se que a não exigência de garantia mostra-se medida adequada e suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e da competitividade.

Subcontratação

Para a presente contratação, não será admitida a subcontratação da parcela principal do objeto, em razão da natureza crítica, integrada e contínua da solução, bem como da necessidade de manutenção do controle técnico, operacional e da responsabilidade integral da contratada perante a Administração.

A execução do objeto envolve atividades interdependentes relacionadas à regulação médica, gestão operacional do SAMU, comunicação crítica, armazenamento de dados sensíveis, suporte técnico contínuo, segurança da informação e atendimento aos níveis mínimos de serviço (SLA), exigindo atuação coordenada, rastreabilidade, padronização operacional e resposta imediata a incidentes.

A fragmentação da execução contratual por meio de subcontratação poderá comprometer a integração entre os módulos da solução, a continuidade da prestação do serviço, a segurança das informações, a rastreabilidade das operações e a definição objetiva de responsabilidades em caso de falhas operacionais ou indisponibilidade do sistema.

Dessa forma, a vedação mostra-se medida necessária e proporcional para assegurar a adequada execução contratual, a continuidade do serviço público essencial e a mitigação de riscos operacionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Vigência Contratual e Prorrogações



A vigência inicial será de 12 (doze) meses.

Admite-se prorrogação sucessiva por iguais períodos, até o limite máximo de 15 (quinze) anos, nos termos do Art. 114 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- haja previsão no edital;
- seja mantida a vantajosidade;
- haja disponibilidade orçamentária;
- o desempenho da contratada seja satisfatório.

As prorrogações serão formalizadas por termo aditivo.

Prazo de Atendimento (SLA) e Suporte

A contratada deverá assegurar a prestação de suporte técnico contínuo à solução, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, garantindo o atendimento aos chamados conforme níveis de criticidade.

Para fins de atendimento, a contratada deverá observar os seguintes níveis de serviço, considerando o prazo de resposta inicial e o prazo de solução definitiva, contados a partir da abertura do chamado:

Serão considerados incidentes críticos aqueles que impliquem indisponibilidade total do sistema, paralisação dos atendimentos, falha na comunicação entre a Central de Regulação e as unidades móveis, perda de dados ou qualquer situação que comprometa diretamente a continuidade do serviço. Para esses casos, o prazo máximo para resposta inicial será de até 1 (uma) hora, e o prazo para solução definitiva ou restabelecimento do serviço será de até 4 (quatro) horas.

Serão considerados incidentes de média criticidade aqueles que causem degradação relevante do sistema, funcionamento parcial de módulos essenciais, lentidão significativa ou falhas em funcionalidades importantes que impactem a operação, sem interromper completamente o serviço. Para esses casos, o prazo máximo para resposta inicial será de até 4 (quatro) horas, e o prazo para solução definitiva será de até 24 (vinte e quatro) horas.

Serão considerados incidentes de baixa criticidade aqueles relacionados a falhas pontuais, erros não críticos, problemas em funcionalidades acessórias ou inconsistências que não impactem de forma significativa a execução dos atendimentos. Para esses casos, o prazo máximo para resposta inicial será de até 8 (oito) horas, e o prazo para solução definitiva será de até 72 (setenta e duas) horas.



O suporte deverá ser realizado de forma remota e, sempre que necessário, de forma presencial, especialmente em situações críticas ou que possam comprometer a continuidade do serviço.

Backup, Segurança e Portabilidade dos Dados

A contratada será integralmente responsável pela realização de rotinas de backup dos dados gerados e armazenados na solução, devendo garantir a integridade, disponibilidade, confidencialidade e rastreabilidade das informações.

Os backups deverão ser realizados de forma periódica e automatizada, em periodicidade compatível com a criticidade do serviço, assegurando a possibilidade de restauração tempestiva em caso de falhas, incidentes ou perda de dados.

A contratada deverá manter mecanismos que garantam a recuperação completa dos dados em prazos compatíveis com os níveis de serviço estabelecidos, sem prejuízo à continuidade da operação.

Ao término do contrato, ou em caso de rescisão por qualquer motivo, a contratada ficará obrigada a:

- disponibilizar à Administração todos os dados produzidos ou armazenados durante a execução contratual, de forma íntegra, atualizada e segura;
- fornecer os dados em formato aberto, estruturado e interoperável, que permita sua utilização futura pela Administração ou por eventual nova contratada;
- assegurar a transferência segura das informações, sem perda, alteração ou comprometimento dos dados;
- prestar apoio técnico necessário para viabilizar a migração ou transição da solução, quando solicitado pela Administração.

Fica vedada a retenção, bloqueio ou qualquer forma de restrição de acesso aos dados por parte da contratada após o encerramento do vínculo contratual.

Todos os custos relacionados às atividades de backup, armazenamento, recuperação e disponibilização dos dados estão integralmente incluídos no valor contratado, não sendo admitida qualquer cobrança adicional.

Treinamento

A contratada deverá promover o treinamento inicial dos usuários da solução, bem como garantir a oferta contínua de capacitações ao longo da execução contratual, abrangendo

a formação de novos usuários, a realização de reciclagens periódicas e treinamentos decorrentes de atualizações ou evoluções do sistema.

Os treinamentos deverão ser disponibilizados tanto na modalidade presencial quanto remota, conforme a necessidade da Administração, especialmente em casos de implantação, atualizações relevantes ou sempre que solicitado.

Fica expressamente estabelecido que todos os serviços de treinamento e suporte técnico, incluindo deslocamentos, materiais, infraestrutura necessária e quaisquer outros custos relacionados, são de inteira responsabilidade da contratada, estando integralmente incluídos no valor contratado, não sendo admitida, em hipótese alguma, cobrança adicional à Administração por tais serviços durante toda a vigência contratual.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação está detalhada na tabela a seguir. O quantitativo refere-se ao número de ciclos mensais de serviço completo (unidade de resultado recorrente) a ser entregue durante a vigência do contrato.

GRUPO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL (12 MESES)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOFTWARE DE CONTROLE, REGULAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE, SEM LIMITE NO NÚMERO DE USUÁRIOS, DESTINADA AO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP (CENTRAL DE REGULAÇÃO), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ESPECIALMENTE A LEI Nº 14.133/2021, A LEI Nº 13.709/2018 (LGPD), A PORTARIA MS/GM Nº 2048/2002, PORTARIA MS Nº 2026/2011, PORTARIA MS Nº 1010/2012 E PORTARIA SAS/MS Nº 356/2013, BEM COMO SUAS ATUALIZAÇÕES. A SOLUÇÃO DEVERÁ SER DISPONIBILIZADA EM AMBIENTE WEB, ACESSÍVEL POR NAVEGADORES, COM OPERAÇÃO CONTÍNUA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, HOSPEDADA EM DATACENTER TIER 3 LOCALIZADO EM TERRITÓRIO NACIONAL, GARANTINDO ALTA DISPONIBILIDADE, INTEGRIDADE, CONFIDENCIALIDADE E RASTREABILIDADE DAS INFORMAÇÕES, MEDIANTE CONTROLE DE ACESSO POR NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AUTENTICAÇÃO SEGURA, CRIPTOGRAFIA DE DADOS, REGISTRO DE LOGS, BLOQUEIO POR TENTATIVAS INVÁLIDAS E REGISTRO INTEGRAL DE TODAS AS AÇÕES REALIZADAS NO SISTEMA COM IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO, DATA E HORA. O SISTEMA DEVERÁ CONTEMPLAR, DE FORMA INTEGRADA, A GESTÃO COMPLETA DO FLUXO OPERACIONAL DO SAMU, INCLUINDO REGISTRO DE CHAMADAS PELO TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA (TARM), ENCAMINHAMENTO AUTOMÁTICO PARA REGULAÇÃO MÉDICA,	26077	MÊS	12

<p>CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE E CRITICIDADE, CONTROLE INTEGRAL DAS ETAPAS DE ATENDIMENTO (CHAMADO, REGULAÇÃO, DESPACHO, ATENDIMENTO E ENCERRAMENTO), BEM COMO CONTROLE AUTOMÁTICO DOS TEMPOS DE RESPOSTA, SEM POSSIBILIDADE DE EDIÇÃO MANUAL, GARANTINDO RASTREABILIDADE E AUDITABILIDADE. DEVERÁ AINDA POSSUIR MÓDULO DE REGULAÇÃO MÉDICA COM REGISTRO OBRIGATÓRIO DAS AÇÕES DE TELEMEDICINA, DEFINIÇÃO DE CONDUTAS COM OU SEM INTERVENÇÃO, CLASSIFICAÇÃO POR PROTOCOLOS RECONHECIDOS (COMO MANCHESTER OU EQUIVALENTE), E CONTROLE DE TRANSFERÊNCIAS INTER-HOSPITALARES E GESTÃO DE VAGAS.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR GESTÃO DE FROTA COM MONITORAMENTO EM TEMPO REAL, RASTREAMENTO DE VIATURAS POR GEOLOCALIZAÇÃO, CONTROLE DE DESLOCAMENTOS E TEMPOS OPERACIONAIS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE ENVIO SIMULTÂNEO DE MÚLTIPLAS VIATURAS PARA UMA MESMA OCORRÊNCIA, DEVENDO OBRIGATORIAMENTE ATENDER E SER IMPLEMENTADA EM, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS EMBARCADOS E PLENA OPERACIONALIZAÇÃO EM CAMPO. DEVERÁ SER REALIZADO O SERVIÇO INTEGRADO DE LICENCIAMENTO MOBILE PARA 07 (SETE) DISPOSITIVOS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM O FORNECIMENTO DE 07 (SETE) TABLETS, INCLUINDO PLANO DE DADOS 4G COM FRANQUIA MENSAL COMPATÍVEL COM A OPERAÇÃO, BEM COMO ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, TAIS COMO CAPA ANTICHOQUE, PELÍCULA PROTETORA DE TELA E CARREGADOR, DEVIDAMENTE CONFIGURADOS E INTEGRADOS AO SISTEMA.</p> <p>NO MÓDULO DE ATENDIMENTO EM CENA, O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR O REGISTRO COMPLETO DE DADOS CLÍNICOS DO PACIENTE, INCLUINDO SINAIS VITAIS, PROCEDIMENTOS REALIZADOS, MEDICAMENTOS ADMINISTRADOS, CONDUTAS ADOTADAS, IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE E REGISTRO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES, SENDO VEDADA A ALTERAÇÃO DOS DADOS APÓS A FINALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO.</p> <p>DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE POSSUIR INTEGRAÇÕES COM SISTEMAS DE GEOLOCALIZAÇÃO (MAPAS E COORDENADAS), RASTREAMENTO DE VIATURAS, DISPOSITIVOS MÓVEIS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS E SISTEMA DE GRAVAÇÃO TELEFÔNICA INTEGRADO, COM ARMAZENAMENTO DAS CHAMADAS, VINCULAÇÃO AUTOMÁTICA AOS RESPECTIVOS ATENDIMENTOS, POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO, CONSULTA E EXPORTAÇÃO DE ÁUDIOS, GARANTINDO RASTREABILIDADE E SUPORTE À AUDITORIA.</p> <p>O SISTEMA DEVERÁ DISPONIBILIZAR MÓDULO MOBILE COM FUNCIONAMENTO ONLINE E OFFLINE, COM SINCRONIZAÇÃO AUTOMÁTICA COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO, PERMITINDO O REGISTRO COMPLETO DAS OCORRÊNCIAS EM CAMPO PELAS EQUIPES DE ATENDIMENTO.</p> <p>DEVERÁ AINDA CONTEMPLAR MÓDULO DE RELATÓRIOS E BUSINESS INTELLIGENCE (BI), COM GERAÇÃO DE RELATÓRIOS OPERACIONAIS, GERENCIAIS E ESTATÍSTICOS, INDICADORES EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXPORTAÇÃO DE DADOS EM FORMATOS PDF, XLS E HTML, BEM COMO DASHBOARDS COM INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ POSSUIR MECANISMOS ROBUSTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO REGISTRO COMPLETO DE LOGS DE ACESSO, CONTROLE DE USUÁRIOS E PERMISSÕES, PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES CIBERNÉTICOS (TAIS COMO SQL INJECTION E XSS), BACKUP PERIÓDICO E GARANTIA DE INTEGRIDADE DOS DADOS.</p> <p>DEVERÁ TAMBÉM CONTEMPLAR MÓDULOS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS, TAIS COMO CONTROLE DE ALMOXARIFADO DE INSUMOS, GESTÃO DE ESCALA DE EQUIPES, CONTROLE DE EQUIPAMENTOS, CHECKLIST OPERACIONAL E MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DAS OCORRÊNCIAS.</p> <p>A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO INTEGRAL DO OBJETO, DEVENDO IMPLANTAR O SISTEMA, REALIZAR TESTES E VALIDAÇÕES, GARANTIR COMPATIBILIDADE COM A OPERAÇÃO DO SAMU, PRESTAR SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, ATENDER AOS CHAMADOS CONFORME NÍVEIS DE SEVERIDADE (SLA), REALIZAR MANUTENÇÕES CORRETIVAS, PREVENTIVAS E EVOLUTIVAS, BEM COMO PROMOVER TREINAMENTO INICIAL E CONTÍNUO DE TODOS OS USUÁRIOS, COM APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CERTIFICAÇÃO, DEVENDO AINDA DISPONIBILIZAR TREINAMENTO</p>			
---	--	--	--



	PRESENCIAL SEMPRE QUE NECESSÁRIO E GARANTIR SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL SEMPRE QUE SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALMENTE EM SITUAÇÕES CRÍTICAS OU QUE COMPROMETAM A OPERAÇÃO DO SERVIÇO. DEVERÁ AINDA GARANTIR O SIGILO, A CONFIDENCIALIDADE E A PROTEÇÃO DOS DADOS, RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE POR EVENTUAIS VAZAMENTOS OU USO INDEVIDO DAS INFORMAÇÕES, SENDO VEDADA A REPRODUÇÃO OU COMPARTILHAMENTO DE DADOS SEM AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, ASSUMINDO INTEGRALMENTE TODOS OS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E OPERACIONAIS, NÃO GERANDO QUALQUER VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO ARCAR COM TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, EQUIPAMENTOS E DEMAIS CUSTOS INDIRETOS. DEVERÁ GARANTIR A DISPONIBILIDADE CONTÍNUA DO SISTEMA E DOS DADOS, EVITANDO INTERRUPÇÕES, COMUNICANDO IMEDIATAMENTE EVENTUAIS FALHAS E ADOTANDO MEDIDAS CORRETIVAS, ALÉM DE DISPONIBILIZAR À ADMINISTRAÇÃO, SEMPRE QUE SOLICITADO, A BASE COMPLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES EM FORMATOS ABERTOS, TAIS COMO CSV E PDF, ASSEGURANDO BACKUP E ARMAZENAMENTO ADEQUADO DAS INFORMAÇÕES.			
2	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO PRESENCIAL DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE DO SAMU, COMPREENDENDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA EM AMBIENTE DE PRODUÇÃO, INCLUINDO A ADEQUAÇÃO DOS MÓDULOS ÀS ROTINAS OPERACIONAIS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE USUÁRIOS E PERFIS DE ACESSO, CADASTRAMENTO DE ESTRUTURAS OPERACIONAIS (UNIDADES, VIATURAS, EQUIPES E PARÂMETROS DO SISTEMA), REALIZAÇÃO DE TESTES FUNCIONAIS E VALIDAÇÃO OPERACIONAL, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO.	26972	SRV	1

Certificação e Metodologia de Cálculo

Certifica-se que o dimensionamento da contratação e a definição do quantitativo foram realizados com base em técnica adequada, considerando a natureza do serviço contínuo e a necessidade operacional da Administração, de forma a garantir compatibilidade com a demanda real.

A estimativa da quantidade de meses de serviço foi apurada com base na necessidade de cobertura contínua do escopo contratado, considerando a operação permanente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, que exige disponibilidade da solução em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

Detalhamento e Memória de Cálculo

O quantitativo solicitado encontra-se devidamente justificado a partir da memória de cálculo desenvolvida neste Estudo Técnico Preliminar, a qual demonstra, de forma clara e fundamentada, os parâmetros utilizados para sua definição.

A análise considerou, entre outros fatores:

- **Necessidade:** o cálculo baseou-se na necessidade de prestação contínua do serviço ao longo de 12 (doze) meses, de modo a garantir o pleno funcionamento



da solução tecnológica e a continuidade das atividades da Central de Regulação do SAMU;

- **Unidade de Medida (MÊS):** a adoção da unidade “mês” justifica-se por se tratar de serviço contínuo e recorrente, com escopo definido e resultado esperado previamente estabelecido, sendo a forma mais adequada de mensuração, em substituição à medição por postos de trabalho ou horas técnicas;
- **Insumos e Mão de Obra:** caberá exclusivamente à contratada dimensionar e alocar todos os recursos necessários à execução do serviço, incluindo pessoal, materiais, equipamentos e ferramentas, não havendo ingerência da Administração quanto ao quantitativo empregado.

Dessa forma, evidencia-se que o quantitativo proposto está compatível com a necessidade da Administração, sendo dimensionado com base no resultado esperado e na continuidade do serviço.

Análise de Interdependência e Economia de Escala

A definição do quantitativo considerou a demanda consolidada da Administração, possibilitando a obtenção de economia de escala em relação ao preço unitário do serviço. Adicionalmente, verificou-se que a contratação não implicará duplicidade de esforços ou sobreposição de atividades com contratos vigentes ou com atribuições de servidores públicos, estando alinhada ao princípio da eficiência e à adequada gestão dos recursos públicos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Análise das Alternativas Possíveis

A escolha da solução a contratar foi precedida da análise de alternativas para o atendimento da necessidade, sendo avaliadas as seguintes possibilidades, conforme segue abaixo:

- **Alternativa 1:** Execução Direta do Serviço: Utilização de servidores públicos para a realização das atividades.
- **Alternativa 2:** Contratação de Serviço Comum (Sem Dedicção Exclusiva): Contratação de empresa com foco exclusivo no resultado final da prestação.
- **Alternativa 3:** Contratação de Serviço com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO): Contratação da empresa com alocação exclusiva de pessoal.

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

A análise das alternativas possíveis demonstrou que a Execução Direta pela Administração (Alternativa 1) não se apresenta como solução viável ou eficiente. Os serviços avaliados caracterizam-se como atividades materiais, acessórias e instrumentais, não relacionadas às funções finalísticas do órgão. A utilização de servidores públicos demandaria criação de cargos ou remanejamento inadequado de pessoal, o que geraria aumento de custos e perda de eficiência, motivo pelo qual essa alternativa foi descartada.

A contratação com dedicação exclusiva de mão de obra (Alternativa 3) também foi considerada, porém NÃO SE MOSTRA VANTAGOSA para o presente objeto. O serviço de solução integrada de Infraestrutura TI, Software de Controle e Gestão em Saúde tem como foco a execução de um resultado mensurável e o desempenho do sistema, e não a gestão da força de trabalho. A exigência de Dedicação Exclusiva seria um ônus administrativo desnecessário (exigindo fiscalização de folha de pagamento, PCF e assiduidade), sem agregar valor ao resultado final.

Dessa forma, conclui-se que a Contratação de Serviço Comum Sem Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (Alternativa 2) configura a solução técnica e economicamente mais adequada. Esse modelo garante:

1. Foco no Resultado: A Administração fiscaliza apenas a qualidade e o desempenho do serviço entregue (medido em MÊS, conforme Tópico 4).
2. Eficiência e Inovação: A Contratada tem total liberdade para gerir seus próprios recursos (pessoal, horários, ferramentas), promovendo a máxima eficiência e buscando soluções inovadoras.
3. Simplicidade Administrativa: Elimina a necessidade de controle exaustivo sobre a Planilha de Custos, simplificando a gestão e a fiscalização do contrato.

Por esses motivos, a alternativa Sem Dedicação Exclusiva é a recomendada para atender plenamente às necessidades identificadas no estudo.

Avaliação da Competitividade do Mercado

O mercado apresenta fornecedores aptos à execução do objeto, tendo sido identificados parâmetros suficientes de contratação pública e referências de mercado que demonstram a viabilidade competitiva da contratação. Isto é, o objeto desta licitação é um Serviço Comum (conforme Tópico 3), com especificações padronizadas (CATSER).

Assim, constata-se a existência de múltiplos players no contexto nacional e regional aptos a fornecer o serviço. Tal cenário incentiva a ampla participação e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O VALOR ESTIMADO TOTAL desta Contratação, para o período de 12 (doze) meses, é de R\$ 283.321,00 (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e um reais), conforme Pesquisa de Preço (Apêndice I).

Detalhamento dos Valores

A estimativa foi calculada com base na quantidade de Serviço-Mês (conforme Tópico 4) e na aplicação dos preços unitários de mercado para o resultado final. O detalhamento segue na tabela abaixo, cujo valor unitário principal é o custo total estimado do MÊS de serviço, que já engloba todos os recursos, mão de obra, custos indiretos e lucro da Contratada.

GRUPO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOFTWARE DE CONTROLE, REGULAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE, SEM LIMITE NO NÚMERO DE USUÁRIOS, DESTINADA AO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP (CENTRAL DE REGULAÇÃO), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ESPECIALMENTE A LEI Nº 14.133/2021, A LEI Nº 13.709/2018 (LGPD), A PORTARIA MS/GM Nº 2048/2002, PORTARIA MS Nº 2026/2011, PORTARIA MS Nº 1010/2012 E PORTARIA SAS/MS Nº 356/2013, BEM COMO SUAS ATUALIZAÇÕES. A SOLUÇÃO DEVERÁ SER DISPONIBILIZADA EM AMBIENTE WEB, ACESSÍVEL POR NAVEGADORES, COM OPERAÇÃO CONTÍNUA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, HOSPEDADA EM DATACENTER TIER 3 LOCALIZADO EM TERRITÓRIO NACIONAL, GARANTINDO ALTA DISPONIBILIDADE, INTEGRIDADE, CONFIDENCIALIDADE E RASTREABILIDADE DAS INFORMAÇÕES, MEDIANTE CONTROLE DE ACESSO POR NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AUTENTICAÇÃO SEGURA, CRIPTOGRAFIA DE DADOS, REGISTRO DE LOGS, BLOQUEIO POR TENTATIVAS INVÁLIDAS E REGISTRO INTEGRAL DE TODAS AS AÇÕES REALIZADAS NO SISTEMA COM IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO, DATA E HORA.	26077	MÊS	12	R\$ 21.600,00	R\$ 259.200,00



<p>O SISTEMA DEVERÁ CONTEMPLAR, DE FORMA INTEGRADA, A GESTÃO COMPLETA DO FLUXO OPERACIONAL DO SAMU, INCLUINDO REGISTRO DE CHAMADAS PELO TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA (TARM), ENCAMINHAMENTO AUTOMÁTICO PARA REGULAÇÃO MÉDICA, CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE E CRITICIDADE, CONTROLE INTEGRAL DAS ETAPAS DE ATENDIMENTO (CHAMADO, REGULAÇÃO, DESPACHO, ATENDIMENTO E ENCERRAMENTO), BEM COMO CONTROLE AUTOMÁTICO DOS TEMPOS DE RESPOSTA, SEM POSSIBILIDADE DE EDIÇÃO MANUAL, GARANTINDO RASTREABILIDADE E AUDITABILIDADE.</p> <p>DEVERÁ AINDA POSSUIR MÓDULO DE REGULAÇÃO MÉDICA COM REGISTRO OBRIGATÓRIO DAS AÇÕES DE TELEMEDICINA, DEFINIÇÃO DE CONDUTAS COM OU SEM INTERVENÇÃO, CLASSIFICAÇÃO POR PROTOCOLOS RECONHECIDOS (COMO MANCHESTER OU EQUIVALENTE), E CONTROLE DE TRANSFERÊNCIAS INTER-HOSPITALARES E GESTÃO DE VAGAS.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR GESTÃO DE FROTA COM MONITORAMENTO EM TEMPO REAL, RASTREAMENTO DE VIATURAS POR GEOLOCALIZAÇÃO, CONTROLE DE DESLOCAMENTOS E TEMPOS OPERACIONAIS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE ENVIO SIMULTÂNEO DE MÚLTIPLAS VIATURAS PARA UMA MESMA OCORRÊNCIA, DEVENDO OBRIGATORIAMENTE ATENDER E SER IMPLEMENTADA EM, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS EMBARCADOS E PLENA OPERACIONALIZAÇÃO EM CAMPO.</p> <p>DEVERÁ SER REALIZADO O SERVIÇO INTEGRADO DE LICENCIAMENTO MOBILE PARA 07 (SETE) DISPOSITIVOS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM O FORNECIMENTO DE 07 (SETE) TABLETS, INCLUINDO PLANO DE DADOS 4G COM FRANQUIA MENSAL COMPATÍVEL COM A OPERAÇÃO, BEM COMO ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, TAIS COMO CAPA ANTICHOQUE, PELÍCULA PROTETORA DE TELA E CARREGADOR, DEVIDAMENTE CONFIGURADOS E INTEGRADOS AO SISTEMA.</p> <p>NO MÓDULO DE ATENDIMENTO EM CENA, O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR O REGISTRO COMPLETO DE DADOS CLÍNICOS DO PACIENTE, INCLUINDO SINAIS VITAIS, PROCEDIMENTOS REALIZADOS, MEDICAMENTOS ADMINISTRADOS, CONDUTAS ADOTADAS, IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE E REGISTRO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES, SENDO VEDADA A ALTERAÇÃO DOS DADOS APÓS A FINALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO.</p> <p>DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE POSSUIR INTEGRAÇÕES COM SISTEMAS DE GEOLOCALIZAÇÃO (MAPAS E COORDENADAS), RASTREAMENTO DE VIATURAS, DISPOSITIVOS MÓVEIS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS E SISTEMA DE GRAVAÇÃO TELEFÔNICA INTEGRADO, COM ARMAZENAMENTO DAS CHAMADAS, VINCULAÇÃO AUTOMÁTICA AOS RESPECTIVOS ATENDIMENTOS, POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO, CONSULTA E EXPORTAÇÃO DE ÁUDIOS, GARANTINDO RASTREABILIDADE E SUPORTE À AUDITORIA.</p> <p>O SISTEMA DEVERÁ DISPONIBILIZAR MÓDULO MOBILE COM FUNCIONAMENTO ONLINE E OFFLINE, COM SINCRONIZAÇÃO AUTOMÁTICA COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO, PERMITINDO O REGISTRO COMPLETO DAS OCORRÊNCIAS EM CAMPO PELAS EQUIPES DE ATENDIMENTO.</p>				
---	--	--	--	--



<p>DEVERÁ AINDA CONTEMPLAR MÓDULO DE RELATÓRIOS E BUSINESS INTELLIGENCE (BI), COM GERAÇÃO DE RELATÓRIOS OPERACIONAIS, GERENCIAIS E ESTATÍSTICOS, INDICADORES EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXPORTAÇÃO DE DADOS EM FORMATOS PDF, XLS E HTML, BEM COMO DASHBOARDS COM INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ POSSUIR MECANISMOS ROBUSTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO REGISTRO COMPLETO DE LOGS DE ACESSO, CONTROLE DE USUÁRIOS E PERMISSÕES, PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES CIBERNÉTICOS (TAIS COMO SQL INJECTION E XSS), BACKUP PERIÓDICO E GARANTIA DE INTEGRIDADE DOS DADOS.</p> <p>DEVERÁ TAMBÉM CONTEMPLAR MÓDULOS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS, TAIS COMO CONTROLE DE ALMOXARIFADO DE INSUMOS, GESTÃO DE ESCALA DE EQUIPES, CONTROLE DE EQUIPAMENTOS, CHECKLIST OPERACIONAL E MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DAS OCORRÊNCIAS.</p> <p>A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO INTEGRAL DO OBJETO, DEVENDO IMPLANTAR O SISTEMA, REALIZAR TESTES E VALIDAÇÕES, GARANTIR COMPATIBILIDADE COM A OPERAÇÃO DO SAMU, PRESTAR SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, ATENDER AOS CHAMADOS CONFORME NÍVEIS DE SEVERIDADE (SLA), REALIZAR MANUTENÇÕES CORRETIVAS, PREVENTIVAS E EVOLUTIVAS, BEM COMO PROMOVER TREINAMENTO INICIAL E CONTÍNUO DE TODOS OS USUÁRIOS, COM APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CERTIFICAÇÃO, DEVENDO AINDA DISPONIBILIZAR TREINAMENTO PRESENCIAL SEMPRE QUE NECESSÁRIO E GARANTIR SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL SEMPRE QUE SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALMENTE EM SITUAÇÕES CRÍTICAS OU QUE COMPROMETAM A OPERAÇÃO DO SERVIÇO.</p> <p>DEVERÁ AINDA GARANTIR O SIGILO, A CONFIDENCIALIDADE E A PROTEÇÃO DOS DADOS, RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE POR EVENTUAIS VAZAMENTOS OU USO INDEVIDO DAS INFORMAÇÕES, SENDO VEDADA A REPRODUÇÃO OU COMPARTILHAMENTO DE DADOS SEM AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.</p> <p>A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, ASSUMINDO INTEGRALMENTE TODOS OS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E OPERACIONAIS, NÃO GERANDO QUALQUER VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO ARCAR COM TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, EQUIPAMENTOS E DEMAIS CUSTOS INDIRETOS.</p> <p>DEVERÁ GARANTIR A DISPONIBILIDADE CONTÍNUA DO SISTEMA E DOS DADOS, EVITANDO INTERRUPÇÕES, COMUNICANDO IMEDIATAMENTE EVENTUAIS FALHAS E ADOTANDO MEDIDAS CORRETIVAS, ALÉM DE DISPONIBILIZAR À ADMINISTRAÇÃO, SEMPRE QUE SOLICITADO, A BASE COMPLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES EM FORMATOS ABERTOS, TAIS COMO CSV E PDF, ASSEGURANDO BACKUP E ARMAZENAMENTO ADEQUADO DAS INFORMAÇÕES.</p>					
---	--	--	--	--	--

2	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO PRESENCIAL DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE DO SAMU, COMPREENDENDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA EM AMBIENTE DE PRODUÇÃO, INCLUINDO A ADEQUAÇÃO DOS MÓDULOS ÀS ROTINAS OPERACIONAIS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE USUÁRIOS E PERFS DE ACESSO, CADASTRAMENTO DE ESTRUTURAS OPERACIONAIS (UNIDADES, VIATURAS, EQUIPES E PARÂMETROS DO SISTEMA), REALIZAÇÃO DE TESTES FUNCIONAIS E VALIDAÇÃO OPERACIONAL, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO.	26972	SRV	1	R\$ 24.121,00	R\$ 24.121,00
---	--	-------	-----	---	------------------	------------------

Metodologia da Pesquisa e Fontes

A estimativa de valor foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observando os parâmetros de mercado e a natureza da contratação.

Considerando tratar-se de serviço contínuo de tecnologia da informação, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a apuração do valor estimado adotou como referência o preço global mensal do serviço (Serviço-Mês), compatível com a entrega de resultado previamente definido.

A composição do valor estimado considerou múltiplas fontes, com vistas à obtenção de parâmetros confiáveis e aderentes ao mercado, incluindo:

- valores praticados em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, obtidos por meio do Painel de Preços governamentais;
- referências oriundas de bases de dados públicas e sistemas oficiais de compras;
- proposta formal obtida junto a fornecedor do ramo, utilizada como parâmetro complementar de mercado.

Para fins de transparência, rastreabilidade e controle, todas as informações utilizadas na estimativa encontram-se devidamente registradas no Apêndice I – Pesquisa de Preços, que consolida a memória de cálculo e as fontes consultadas.

Sempre que possível, foram considerados preços contemporâneos e compatíveis com o mercado, observando-se a razoabilidade e a economicidade da contratação.

Sigilo da Informação

Certifica-se que a Estimativa do VALOR DA CONTRATAÇÃO NÃO É SIGILOSA, uma vez que será divulgada no edital e demais documentos da fase externa do processo licitatório, considerando que tal divulgação não compromete a competitividade nem a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Detalhamento da Solução Escolhida

A solução a ser contratada consiste na prestação de serviço contínuo de tecnologia da informação, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com foco na entrega de resultado previamente definido, conforme dimensionamento e requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

O escopo da contratação abrange a execução do serviço mensal (Serviço-Mês), visando garantir o funcionamento contínuo, seguro e integrado da solução de regulação, comunicação e gestão operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, incluindo suporte técnico, manutenção, atualização e demais atividades necessárias à plena operacionalidade do sistema.

O serviço será executado no âmbito da Central do SAMU, localizada na Avenida Afonso Cafaro, nº 2027, Bairro Higienópolis, Fernandópolis/SP, podendo envolver atendimentos remotos e presenciais, conforme a necessidade operacional.

A contratada deverá garantir o resultado contratado, observando os níveis de serviço (SLA), prazos de resposta e solução, bem como as condições de atendimento definidas no Termo de Referência.

A solução foi eleita como a mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, por atender de forma adequada à necessidade pública, assegurando continuidade, eficiência e confiabilidade na prestação do serviço.

Exigências de Gestão da Continuidade Operacional e Qualidade

As exigências relacionadas à continuidade operacional e à qualidade do serviço constituem elementos essenciais da contratação, considerando a natureza crítica da solução.

Tratando-se de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, a contratada será integralmente responsável pela entrega do resultado, cabendo-lhe:

- **Gestão de Recursos:** planejar, dimensionar e gerir todos os recursos necessários à execução do contrato, incluindo pessoal, equipamentos, insumos e logística, sem ingerência da Administração;
- **Pronta Resposta e Continuidade:** assegurar a continuidade do serviço, com capacidade de resposta imediata a falhas, indisponibilidades ou necessidades de substituição de recursos, sem prejuízo à operação;

- **Qualidade e Desempenho:** garantir a qualidade dos serviços prestados, observando os níveis de serviço estabelecidos, sendo a Administração responsável pela fiscalização contratual e pela aplicação de glosas e sanções em caso de descumprimento.

A inobservância dessas exigências poderá comprometer a continuidade do serviço público e ensejar a aplicação das medidas contratuais cabíveis.

Condições de Pagamento e Antecipação

Certifica-se que NÃO HAVERÁ PAGAMENTO ANTECIPADO para esta contratação, conforme a regra geral estabelecida no Art. 145 da Lei nº 14.133/2021. O pagamento será efetuado exclusivamente após a execução e o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada mediante AGRUPAMENTO em (GRUPO ÚNICO), contemplando o serviço contínuo Item 1 e o serviço de implantação inicial da solução Item 2, conforme dimensionamento apresentado neste Estudo Técnico Preliminar.

Nos termos do Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo não parcelamento fundamenta-se na natureza integrada do objeto, ainda que este compreenda etapas distintas de execução.

O serviço contínuo refere-se à disponibilização, manutenção, suporte e operação da solução ao longo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente. Por sua vez, o serviço de implantação possui caráter pontual e não continuado, sendo executado exclusivamente na fase inicial do contrato, sem previsão de prorrogação.

Apesar dessa distinção, ambos os serviços são técnica e operacionalmente interdependentes, sendo a implantação responsável pela configuração, parametrização, integração e validação da solução que será posteriormente mantida e operada. Dessa forma, a execução por fornecedores distintos poderia comprometer a interoperabilidade dos sistemas, dificultar a identificação de responsabilidades e gerar riscos à continuidade e à qualidade do serviço.

A eventual fragmentação da contratação acarretaria, ainda, riscos relevantes, tais como incompatibilidades técnicas entre a solução implantada e o suporte posterior,

dificuldades na gestão contratual, aumento do risco de descontinuidade e dependência entre fornecedores, com prejuízo à eficiência operacional.

Sob o aspecto econômico, a contratação em grupo único possibilita ganho de escala, com otimização dos custos operacionais e maior eficiência na gestão contratual. O parcelamento, por sua vez, implicaria aumento dos custos administrativos de fiscalização e gestão de múltiplos contratos, sem ganho efetivo de competitividade.

Ressalta-se que a modelagem adotada não impede a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim reflexo da natureza integrada da solução.

Por fim, considerando tratar-se de serviço essencial e contínuo, o agrupamento garante a unicidade da responsabilidade técnica, assegurando que a empresa responsável pela implantação seja também responsável pela operação da solução, promovendo maior segurança, eficiência e qualidade na execução contratual.

9. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Garantia de Participação (Garantia de Proposta)

Para esta contratação, não será exigida a prestação de garantia de participação (garantia de proposta), conforme faculdade prevista no Art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

A decisão fundamenta-se na busca pela ampliação da competitividade do certame, evitando a imposição de ônus financeiro desnecessário aos licitantes, especialmente microempresas e empresas de pequeno porte.

Ressalta-se que, embora a modelagem da contratação tenha adotado o agrupamento em grupo único em razão da natureza técnica e integrada da solução, a não exigência de garantia de proposta atua como medida compensatória, de modo a ampliar a participação de interessados e mitigar eventuais barreiras de entrada, assegurando a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Exigência de Prova de Conceito

Não será exigida prova de conceito, uma vez que a capacidade de execução será aferida por meio de requisitos técnicos objetivos, atestados de capacidade técnica compatíveis, obrigações contratuais de implantação e validação operacional, níveis de

serviço (SLA) e mecanismos de fiscalização, entendendo-se que tais instrumentos são suficientes e menos restritivos à competitividade.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação de serviço contínuo de tecnologia da informação, sem dedicação exclusiva de mão de obra, está alinhada aos objetivos estratégicos da Administração Pública, visando garantir a continuidade, eficiência e qualidade na prestação do serviço de atendimento pré-hospitalar do SAMU.

A solução proposta busca assegurar o funcionamento contínuo e integrado dos sistemas de regulação, comunicação e gestão de ocorrências, contribuindo diretamente para a redução do tempo de resposta, melhoria da tomada de decisão e aumento da segurança no atendimento à população.

Benefícios em Termos de Economicidade e Eficiência

A adoção do modelo de contratação por resultado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, proporciona ganhos relevantes à Administração, destacando-se:

- **Transferência de Riscos:** a responsabilidade pelo planejamento, dimensionamento e gestão dos recursos necessários à execução do serviço (pessoal, equipamentos, insumos e logística) é integralmente da contratada, reduzindo riscos operacionais para a Administração;
- **Foco na Fiscalização por Resultado:** a atuação da Administração concentra-se na verificação do cumprimento dos níveis de serviço (SLA) e do resultado contratado, em substituição ao controle de meios, promovendo maior eficiência na gestão contratual;
- **Economicidade e Eficiência Operacional:** a contratação por Serviço-Mês reflete o preço de mercado para a entrega do resultado completo, incentivando a contratada a otimizar seus processos internos, com ganhos de eficiência e melhor relação custo-benefício para o erário;
- **Otimização de Recursos Humanos:** a contratação permite a liberação dos servidores públicos das atividades operacionais de suporte, possibilitando sua atuação nas funções finalísticas, com aumento da produtividade e especialização.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As providências abaixo serão adotadas pela Administração Municipal de Fernandópolis durante a fase de planejamento e previamente à celebração do contrato, com o objetivo de assegurar a adequada gestão e fiscalização da execução contratual.

Designação e Acesso do Gestor e Fiscal do Contrato

Durante a fase de planejamento, o processo será formalizado e instruído para a designação do Gestor e do(s) Fiscal(is) do Contrato.

A designação ocorrerá ainda durante a fase de planejamento, antes da finalização do Termo de Referência (TR), assegurando que os servidores responsáveis tenham acesso integral ao ETP com antecedência para uma fiscalização mais eficiente.

Capacitação e Orientação para Fiscalização e Gestão Contratual

O Departamento de Contratos, por dispor de estrutura e capacidade técnica internas, será responsável pela orientação e, se necessário, pela capacitação específica dos servidores designados.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação de serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, foi analisada em relação aos contratos e processos de contratação vigentes no âmbito da Prefeitura Municipal de Fernandópolis, especialmente aqueles vinculados à operação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Verificou-se que o objeto desta contratação refere-se à continuidade de serviço essencial atualmente em execução, cuja interrupção não é admissível, tendo em vista que a solução tecnológica é indispensável para a comunicação, regulação médica, gestão de ocorrências e monitoramento das unidades móveis.

A eventual descontinuidade do serviço poderá impactar diretamente o tempo de resposta dos atendimentos de urgência e emergência, comprometendo a eficiência da prestação do serviço público de saúde e gerando risco à segurança da população.

Verificação de Interdependência

Não foram identificadas contratações simultâneas ou anteriores que possuam interdependência contratual direta que inviabilize a execução do objeto. Todavia, destaca-se que a presente contratação está vinculada à continuidade de solução tecnológica já existente, sendo necessária a sua substituição mediante novo processo licitatório.

Nesse sentido, o serviço não depende da celebração de outros contratos para sua execução, porém exige a realização de transição assistida, incluindo, quando aplicável, migração de dados, configuração, validação e continuidade operacional, de modo a assegurar a manutenção ininterrupta do serviço.

Análise de Correlacionamento e Não Fracionamento

A análise das contratações correlatas foi realizada com o objetivo de evitar fracionamento indevido de despesa e assegurar a adequada modelagem da contratação.

- **Parcelamento x Fracionamento:** a definição do objeto, conforme estabelecido no Tópico 8, considerou a totalidade da demanda e a natureza integrada da solução, não configurando fracionamento indevido, mas sim adequada consolidação do objeto para garantir eficiência e continuidade operacional;
- **Contratos Correlatos:** embora existam serviços correlatos no ambiente administrativo, tais como infraestrutura de tecnologia da informação ou serviços auxiliares, estes não possuem dependência técnica direta para a execução do objeto, uma vez que a contratada será integralmente responsável pela disponibilização e gestão de todos os meios necessários à execução do serviço contratado;
- **Continuidade e Responsabilidade Integral:** a modelagem adotada reforça o conceito de contratação por resultado, atribuindo à contratada a responsabilidade pela entrega da solução em pleno funcionamento, sem dependência de terceiros para sua operacionalização.

13 - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação de serviços contínuos de tecnologia da informação, sem dedicação exclusiva de mão de obra, foi planejada considerando a mitigação de possíveis impactos ambientais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da sustentabilidade na Administração Pública.

Considerando a natureza do objeto, os impactos ambientais diretos são reduzidos, estando relacionados principalmente ao consumo de energia elétrica, ao uso de equipamentos eletrônicos e à geração eventual de resíduos tecnológicos.

Nesse contexto, a contratação deverá observar as seguintes medidas mitigadoras:



- **Uso eficiente de recursos tecnológicos:** adoção de soluções que privilegiem a eficiência energética e o uso racional de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo ambientes de hospedagem que atendam a padrões reconhecidos de desempenho e sustentabilidade;
- **Gestão de equipamentos:** responsabilidade da contratada pelo fornecimento, manutenção e eventual substituição de equipamentos, devendo assegurar o correto acondicionamento, transporte e utilização, minimizando desperdícios;
- **Descarte ambientalmente adequado:** destinação final ambientalmente adequada de equipamentos e componentes eletrônicos eventualmente substituídos, em conformidade com a legislação aplicável;
- **Redução de deslocamentos:** priorização do suporte remoto sempre que possível, reduzindo a necessidade de deslocamentos e, consequentemente, a emissão de poluentes;
- **Uso racional de materiais:** incentivo à utilização de documentos digitais e redução do uso de papel nos processos operacionais e de suporte.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são de baixa relevância, sendo devidamente mitigados pelas medidas adotadas, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável.

14. ANÁLISE DE RISCO

Foram identificados os principais riscos que podem impactar a continuidade, a qualidade e a eficiência da prestação do serviço, bem como as respectivas medidas mitigadoras, conforme segue:

1. **Risco de queda na qualidade ou desatualização da solução.**
Mitigação: estabelecimento de níveis mínimos de serviço (SLA), previsão contratual de atualizações contínuas e fiscalização sistemática da execução, com monitoramento de indicadores de desempenho e aplicação de medidas corretivas, quando necessário.
2. **Risco de insuficiência ou descontinuidade orçamentária.**
Mitigação: planejamento prévio e alinhamento com os setores de planejamento e finanças, garantindo a adequada previsão de dotação orçamentária nos exercícios subsequentes, em observância à continuidade do serviço público.





3. **Risco de interrupção do serviço por falha da contratada.**

Mitigação: exigência de qualificação técnica compatível com o objeto, acompanhamento contínuo da execução contratual, previsão de sanções administrativas e adoção de medidas para assegurar a continuidade do serviço, inclusive com acionamento de mecanismos contratuais cabíveis.

4. **Risco de proposta inexecutável.**

Mitigação: análise da exequibilidade das propostas durante o certame, com base em parâmetros de mercado e nos critérios definidos no Termo de Referência, garantindo a viabilidade econômica da contratação.

5. **Risco de descontinuidade por atraso na prorrogação ou nova contratação.**

Mitigação: planejamento antecipado das providências administrativas, com início do processo de prorrogação ou nova contratação em prazo hábil, assegurando a transição adequada e a continuidade do serviço.

Adicionalmente, os riscos identificados serão monitorados de forma contínua durante toda a execução contratual, com registro sistemático das ocorrências, avaliação periódica dos resultados e adoção tempestiva de medidas corretivas e preventivas, em observância aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da gestão de riscos.

15. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da necessidade, dos requisitos, das alternativas disponíveis no mercado e da viabilidade técnica, econômica e legal, conclui-se que a contratação de serviço contínuo de tecnologia da informação voltado à operação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU constitui a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública identificada.

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que:

1. A necessidade encontra-se devidamente caracterizada e alinhada ao interesse público, especialmente quanto à continuidade e eficiência dos serviços de saúde prestados à população;
2. O objeto apresenta características de serviço comum, com especificações claras, padronizáveis e orientadas ao resultado, assegurando a ampla competitividade do certame;





3. A modelagem de contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra mostra-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, com adequada transferência de responsabilidade operacional à contratada;
4. O dimensionamento do objeto foi realizado com base em metodologia adequada, utilizando a unidade de Serviço-Mês, compatível com a natureza contínua da contratação, e o valor estimado encontra-se fundamentado em pesquisa de preços de mercado;
5. A solução foi descrita de forma completa, contemplando requisitos de continuidade operacional, níveis de serviço (SLA) e padrões de qualidade compatíveis com a criticidade do serviço;
6. A opção pelo agrupamento do objeto foi devidamente justificada, considerando a natureza integrada da solução e a necessidade de unicidade de responsabilidade técnica;
7. Os critérios de participação e os requisitos de habilitação foram definidos de forma proporcional e suficiente para assegurar a seleção de licitantes aptos, sem restrição indevida à competitividade;
8. Os resultados pretendidos evidenciam ganhos de eficiência administrativa, economicidade e melhoria na prestação do serviço público;
9. Foram definidas as providências necessárias à adequada gestão e fiscalização contratual, incluindo a designação prévia de gestores e fiscais e a preparação da Administração;
10. A contratação caracteriza-se como continuidade de serviço essencial, com necessidade de transição assistida, não havendo sobreposição indevida com outros contratos;
11. Foram observados critérios de sustentabilidade e medidas mitigadoras proporcionais à natureza do objeto;
12. A análise de riscos identificou os principais pontos críticos e estabeleceu medidas preventivas e mecanismos de monitoramento contínuo, visando garantir a continuidade e a qualidade da execução contratual.

Diante do exposto, restam demonstradas a **viabilidade técnica, econômica e legal da contratação**, bem como a adequação da solução proposta para atendimento da necessidade pública, recomendando-se o prosseguimento da fase interna, com a





elaboração do Termo de Referência, em conformidade com os requisitos e diretrizes estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Fernandópolis-SP, 15 de abril de 2026.

Vitor Ugo França Durval
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Geisa Laisa de Moraes
Coordenação Geral do SAMU 192 Regional Fernandópolis.



APÊNDICE I - FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

I – DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada em solução integrada de Infraestrutura TI, Software de Controle e Gestão em Saúde para o SAMU.

II – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

- 2.1. Para a obtenção do valor estimado da contratação (cesta de preços), foram utilizados os parâmetros previstos no Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

- 2.2. As fontes utilizadas e sua correspondência legal são:

- Inciso I e Inciso IV – Composição de custos no Painel de Preços do Governo Federal e Pesquisa direta junto a fornecedores do ramo.

- 2.3. O detalhamento do procedimento de consulta em cada fonte foi realizado em estrita observância aos requisitos específicos do Decreto Municipal:

- Sistemas Oficiais (Art. 23, I): A pesquisa foi realizada em SISTEMA: Compras.gov.br, observando a preferência por contratações em execução ou concluídas há menos de 1 (um) ano.
- Pesquisa Direta com Fornecedores (Art. 23, IV): Foi realizada pesquisa formal junto a um fornecedor, cuja resposta formal atende o rol de informações mínimas.

III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS E ANÁLISE CRÍTICA

- 3.1. A série de preços brutos analisados encontra-se detalhada na Tabela de Coleta de Preços anexa.

- 3.2. Os preços coletados foram analisados de forma crítica. O conjunto de preços analisados é composto por 06 preços válidos, obtidos através da combinação dos parâmetros indicados no item II.

3.3. Justificativa para Desconsideração de Valores:

- Foram desconsideradas as amostras de preço que apresentavam, previamente ao cálculo, valores entendidos como inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO VALOR ESTIMADO

4.1. Método Matemático Aplicado: O valor estimado da contratação foi obtido a partir de pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente, observando-se as boas práticas de formação de preços na Administração Pública, com base em dados de mercado atualizados e metodologias estatísticas adequadas à natureza do objeto.

A análise dos preços coletados considerou não apenas os valores absolutos, mas também o comportamento estatístico das amostras, especialmente no que se refere à dispersão dos dados, por meio do coeficiente de variação e demais indicadores constantes da memória de cálculo.

Para o Item 1 (Serviço Contínuo), adotou-se a mediana como medida de referência, tendo em vista a maior dispersão dos preços coletados, evidenciada por coeficiente de variação elevado. Nessa situação, a mediana mostra-se mais adequada por reduzir a influência de valores extremos, proporcionando estimativa mais representativa do comportamento central do mercado e maior segurança na definição do valor estimado.

Para o Item 2 (Serviço de Implantação), adotou-se a média aritmética, considerando a menor variabilidade dos preços coletados, com coeficiente de variação reduzido, o que indica maior homogeneidade entre as amostras e permite a utilização dessa metodologia sem comprometer a fidedignidade da estimativa.

A adoção de metodologias distintas para cada item decorre de análise técnica fundamentada na dispersão dos dados e na adequação da medida estatística ao comportamento dos preços coletados, conforme demonstrado na memória de cálculo da pesquisa de preços.

Dessa forma, a metodologia aplicada assegura que o valor estimado reflita, de maneira fidedigna e razoável, os preços praticados no mercado, promovendo a economicidade, a transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.2. Conjunto Mínimo de Preços: O cálculo incidiu sobre um conjunto de 06 preços válidos, atendendo o requisito de três ou mais preços.

4.3. Memória de Cálculo: A memória de cálculo completa, incluindo os valores brutos, desconsiderados e a aplicação do método matemático escolhido, encontra-se detalhada no Anexo de Memória de Cálculo.

V – JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

5.1. A pesquisa direta de preços foi realizada junto a fornecedores do ramo com o objetivo de complementar as informações obtidas em bases públicas, garantindo maior aderência aos valores praticados no mercado para soluções com características técnicas específicas.

Tal procedimento mostrou-se necessário em razão da natureza do objeto, que envolve solução integrada de tecnologia da informação aplicada à regulação de atendimentos de urgência e emergência, com particularidades operacionais que nem sempre são integralmente capturadas em contratações públicas disponíveis em bancos de dados oficiais.

Dessa forma, a consulta direta permitiu a obtenção de parâmetros mais atualizados e compatíveis com a realidade do mercado, contribuindo para a formação de estimativa de preço mais fidedigna, segura e aderente às necessidades da Administração.

Registra-se que a pesquisa de preços não se limitou à consulta direta, tendo sido complementada por dados obtidos em contratações públicas e outras fontes oficiais, garantindo maior robustez, confiabilidade e representatividade à estimativa realizada.

5.2. A escolha do fornecedor SYS4WEB BRASIL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA para a realização de pesquisa direta de preços justifica-se por sua atuação no segmento de desenvolvimento e fornecimento de soluções de tecnologia da informação compatíveis com o objeto da contratação.

Ressalta-se que a consulta teve caráter exclusivamente estimativo, não implicando qualquer tipo de vínculo, direcionamento ou favorecimento, tendo sido utilizada apenas como uma das fontes para composição do valor estimado, em conjunto com outras referências de mercado, conforme demonstrado na pesquisa de preços.

A seleção do fornecedor considerou critérios objetivos, tais como a atuação no ramo pertinente, a compatibilidade técnica com o objeto da contratação, a experiência na disponibilização de soluções similares e a disponibilidade para apresentação de proposta no prazo necessário à instrução do processo.

Dessa forma, a escolha do fornecedor observou critérios de razoabilidade e pertinência técnica, não configurando restrição à competitividade, mas sim medida necessária à adequada formação do valor estimado da contratação.

VI – CONCLUSÃO E VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado para a contratação de solução integrada de Infraestrutura TI, Software de Controle e Gestão em Saúde, apurado a partir da metodologia descrita e dos preços coletados e validados, é de:

R\$ R\$ 283.321,00 (DUZENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E VINTE E UM REAIS)

6.2. Certificação: O agente responsável atesta, que o valor estimado está compatível com o mercado e que as especificações técnicas do bem ou serviço cotado correspondem integralmente ao objeto que se pretende contratar.

6.3. O detalhamento completo da pesquisa de preços, incluindo a Tabela de Coleta de Preços e a Memória de Cálculo, está anexado ao presente processo para fins de transparência e controle.

Fernandópolis-SP, 15 de abril de 2026.

Vitor Ugo França Durval
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
215/2026	986411	Concluída	VINICIUS MORANGUEIRA GASPARINI
Título: Pesquisa de preço SoftWare sistema SAMU			
Observações:			
Total de itens cotados: 2		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 283.321,0000	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

26077 - Software como Servico - Saas

Unidade de Fornecimento

Quantidade

26077 - Software como Servico - Saas

UNIDADE

12

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 34,2523%

Desvio Padrão: 9.394,2583

Maior Preço: R\$ 40.680,0000

R\$ 20.000,0000

R\$ 27.426,6667

R\$ 21.600,0000


Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	SYS4WEB - Fornecedor	12		R\$ 20.000,0000	10/04/2026	Sim
2	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 40.680,0000	30/03/2026	Sim
3	I	MPA-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 21.600,0000	29/03/2026	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26972 - Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software	UNIDADE	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 14,1588%
R\$ 20.000,0000	R\$ 24.121,0000	R\$ 24.000,0000	Desvio Padrão: 3.415,2524
			Maior Preço: R\$ 28.363,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	SYS4WEB - Fornecedor	1		R\$ 20.000,0000	10/04/2026	Sim
2	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - Compras.gov.br	1	UND SERVIÇO TÉCNICO	R\$ 24.000,0000	02/04/2026	Sim
3	I	EMPRESA DE TEC. E INFORMAÇÕES DA PREVID. S.A. - Compras.gov.br	1	UND SERVIÇO TÉCNICO	R\$ 28.363,0000	05/03/2026	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 13/04/2026 08:31

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



Proposta Comercial

Contratação de empresa especializada para disponibilização de solução integrada de Infraestrutura TI e Software de Controle e Gestão em Saúde, sem limite no número de usuários, com fundamento na Portaria MS/GM nº 2048/2002 e demais legislações do Ministério da Saúde, em Especial a Portaria MS/nº 2026/2011, 1010/2012 e a Portaria SAS/MS/nº 356/2013 para atender as necessidades do **SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP** (Central de Regulação) pelo período de 12 (doze) meses conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.

Esta proposta foi elaborada pelo grupo **SYS4WEB BRASIL** exclusivamente para o **SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP**, não podendo, exceto sob força de lei, ser divulgada em todo ou em parte por quaisquer meios de comunicação, ou mesmo repassada a terceiros, mesmo que somente para fins de esclarecimento ou a título de exemplo.

10 de abril de 2026
DOCUMENTO CONFIDENCIAL

Piracicaba, 10 de abril de 2026.

AO SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP

Prezados,

Em nome da **SYS4WEB BRASIL**, agradecemos a oportunidade e a confiança de podermos enviar-lhes uma proposta comercial para atender as necessidades da **SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP**.

Estamos confiantes que a **SYS4WEB BRASIL** é a escolha certa para o **SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP**, em função do nosso conhecimento de mais de 14 anos de operacionalizações e implementações de soluções para SAMU e Serviços de atendimento pré-hospitalar e especialmente, por sabermos que a solução proposta proporcionará benefícios quantificáveis para a vossa empresa.

Desde já, asseguramos nosso compromisso em trabalhar em conjunto com o objetivo de desenvolver uma relação profissional de longo prazo oferecendo um serviço altamente profissional, baseado em princípios de altíssima qualidade com técnicos com uma vasta experiência de implementação destas tecnologias.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alessandro O. Navarro Portero

Diretor Comercial

Perfil do Grupo Sys4web

A **SYS4WEB BRASIL** é uma empresa especializada na criação de Soluções e Sistemas de Gestão voltados para Área de Processos de Atendimento Médico de Urgência e Saúde, e atua em diversas Empresas de Remoção, Hospitais, Prefeituras, SAMUs e Serviços de atendimento pré-hospitalar pelo Brasil.

A **SYS4WEB BRASIL** conta com uma Equipe de Consultores Técnicos para o planejamento, organização e implantação de Redes de Atenção às Urgências Estaduais ou Municipais, norteando-se sempre pelos princípios éticos e técnicos, a Consultoria em Urgência e Emergência da **SYS4WEB BRASIL** possui grande experiência técnica, administrativa e operacional no planejamento e desenvolvimento de Projetos Federais do Ministério da Saúde com o SAMU 192, bem como a organização para a habilitação e a qualificação destes programas. Como mais um diferencial a **SYS4WEB BRASIL** inicia a Assessoria para implantação de Consórcios Intermunicipais para a área da Saúde.

Temos por princípio estabelecer relacionamentos de longo prazo com nossos clientes, ajudando-os a melhorar suas performances em todos os estágios de seus negócios.

Nossos softwares em conjunto com serviços de TI de última geração, nos permite inovar, desenvolver, implementar e gerenciar soluções que podem ser acessadas de qualquer lugar do mundo 24 horas por dia.



Proposta Comercial

Nosso compromisso é o de prestar **SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP**, serviços com qualidade e eficiência, agregando valor ao seu negócio, razão pela qual nos empenhamos para propor estes valores que acreditamos ser competitivos e que nos permitirão prestar os serviços atendendo o nível desejado para implantação dos serviços propostos, demonstramos os valores:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIPTIVO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)</p> <p>SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA T.I. E SOFTWARE DE CONTROLE E GESTÃO EM SAÚDE, CONFORME PORTARIA MS/GM Nº 2048/2002 E DEMAIS LEGISLAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COMO PORTARIA MS Nº 2026/2011, 1010/2012 E PORTARIA SAS/MSNº 356/2013 E FUTURAS ATUALIZAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviço de licenciamento dos softwares necessários para atendimento da solução (Sistemas Operacionais, Banco de Dados, Software de Regulação Médica, B.I., Almoxarifado e Checklist) em plataforma WEB; Serviço de gravação telefônica integrada e automatizada à solução para até 08 pontos de atendimento, na tecnologia de ramais analógicos, com armazenamento ilimitado (durante vigência contratual) das gravações com backup local e em datacenter de alta disponibilidade. Serviço de rastreamento e telemetria integrada à solução, com conexão CAN, embarcado fixo, com frequência de 10 em 10 segundos através de dispositivos do tipo AVL 4G (Automatic Vehicle Location) equipados com chip e plano de dados do tipo M2M 	12	SRV	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00

	(machine-to-machine) para 10 (dez) ambulâncias do SAMU. <ul style="list-style-type: none"> Serviço integrado de licenciamento mobile para 07 (sete) dispositivos embarcados nas ambulâncias do SAMU com o fornecimento de 07 (sete) tablets, plano de dados 4G com franquia mensal suficiente para a operação, capa antichoque, película protetora de tela e carregador; A solução será hospedada em datacenter TIER 3 de alta disponibilidade 24x7 dentro do território nacional e atende as normativas da Lei nº 13.709/2018 – LGPD. 				
02	IMPLANTAÇÃO PRESENCIAL (até 05 dias)	01	SRV	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 260.000,00

Estes valores **incluem** impostos e taxas conforme legislação em vigor.

Os equipamentos são novos e de primeiro uso e de especificação técnica dimensionada para o pleno atendimento da vigência contratual.

Condições de Pagamento

Faturamento mensal

Prazo e Condições Especiais do Contrato

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de Contratação Mínima: 12 (doze) meses

Foro

A **SYS4WEB BRASIL** elege o foro da Comarca da Cidade de Piracicaba/SP para solucionar qualquer disputa decorrente deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Termo de Aceitação

Esperamos que nossa proposta venha a atender às expectativas de V.Sas. e solicitamos que, uma vez aceitas as condições propostas, seja uma via devolvida assinada.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.



ALESSANDRO PORTERO

SYS4WEB BRASIL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
CNPJ 12.349.666/0001-39



MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

2136C59A02AE40DDB1222B9235A2BB97

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: VITOR UGO FRANCA DURVAL em 19/05/2026 11:29:36
CPF:***.***.768-93
Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT
- ✓ Assinante: GEISA LAISA DE MORAIS em 19/05/2026 13:14:55
CPF:***.***.198-81
Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2136C59A02AE40DDB1222B9235A2BB97>





ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada para a disponibilização de solução integrada de Infraestrutura TI e Software de Controle e Gestão em Saúde para o SAMU, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOFTWARE DE CONTROLE, REGULAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE, SEM LIMITE NO NÚMERO DE USUÁRIOS, DESTINADA AO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP (CENTRAL DE REGULAÇÃO), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ESPECIALMENTE A LEI Nº 14.133/2021, A LEI Nº 13.709/2018 (LGPD), A PORTARIA MS/GM Nº 2048/2002, PORTARIA MS Nº 2026/2011, PORTARIA MS Nº 1010/2012 E PORTARIA SAS/MS Nº 356/2013, BEM COMO SUAS ATUALIZAÇÕES. A SOLUÇÃO DEVERÁ SER DISPONIBILIZADA EM AMBIENTE WEB, ACESSÍVEL POR NAVEGADORES, COM OPERAÇÃO CONTÍNUA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, HOSPEDADA EM DATACENTER TIER 3 LOCALIZADO EM TERRITÓRIO NACIONAL, GARANTINDO ALTA DISPONIBILIDADE, INTEGRIDADE, CONFIDENCIALIDADE E RASTREABILIDADE DAS INFORMAÇÕES, MEDIANTE CONTROLE DE ACESSO POR NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AUTENTICAÇÃO SEGURA, CRIPTOGRAFIA DE DADOS, REGISTRO DE LOGS, BLOQUEIO POR TENTATIVAS INVÁLIDAS E REGISTRO INTEGRAL DE TODAS AS AÇÕES REALIZADAS NO SISTEMA COM IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO, DATA E HORA. O SISTEMA DEVERÁ CONTEMPLAR, DE FORMA INTEGRADA, A GESTÃO COMPLETA DO FLUXO OPERACIONAL DO SAMU, INCLUINDO REGISTRO DE CHAMADAS PELO TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA (TARM), ENCAMINHAMENTO AUTOMÁTICO PARA REGULAÇÃO MÉDICA, CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE E CRITICIDADE, CONTROLE INTEGRAL DAS ETAPAS DE ATENDIMENTO (CHAMADO, REGULAÇÃO, DESPACHO, ATENDIMENTO E ENCERRAMENTO), BEM COMO CONTROLE AUTOMÁTICO DOS TEMPOS DE RESPOSTA, SEM POSSIBILIDADE DE EDIÇÃO MANUAL, GARANTINDO RASTREABILIDADE E AUDITABILIDADE.	26077	MÊS	12	R\$ 21.600,00	R\$ 259.200,00





<p>DEVERÁ AINDA POSSUIR MÓDULO DE REGULAÇÃO MÉDICA COM REGISTRO OBRIGATÓRIO DAS AÇÕES DE TELEMEDICINA, DEFINIÇÃO DE CONDUTAS COM OU SEM INTERVENÇÃO, CLASSIFICAÇÃO POR PROTOCOLOS RECONHECIDOS (COMO MANCHESTER OU EQUIVALENTE), E CONTROLE DE TRANSFERÊNCIAS INTER-HOSPITALARES E GESTÃO DE VAGAS.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR GESTÃO DE FROTA COM MONITORAMENTO EM TEMPO REAL, RASTREAMENTO DE VIATURAS POR GEOLOCALIZAÇÃO, CONTROLE DE DESLOCAMENTOS E TEMPOS OPERACIONAIS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE ENVIO SIMULTÂNEO DE MÚLTIPLAS VIATURAS PARA UMA MESMA OCORRÊNCIA, DEVENDO OBRIGATORIAMENTE ATENDER E SER IMPLEMENTADA EM, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS EMBARCADOS E PLENA OPERACIONALIZAÇÃO EM CAMPO.</p> <p>DEVERÁ SER REALIZADO O SERVIÇO INTEGRADO DE LICENCIAMENTO MOBILE PARA 07 (SETE) DISPOSITIVOS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM O FORNECIMENTO DE 07 (SETE) TABLETS, INCLUINDO PLANO DE DADOS 4G COM FRANQUIA MENSAL COMPATÍVEL COM A OPERAÇÃO, BEM COMO ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, TAIS COMO CAPA ANTICHOQUE, PELÍCULA PROTETORA DE TELA E CARREGADOR, DEVIDAMENTE CONFIGURADOS E INTEGRADOS AO SISTEMA.</p> <p>NO MÓDULO DE ATENDIMENTO EM CENA, O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR O REGISTRO COMPLETO DE DADOS CLÍNICOS DO PACIENTE, INCLUINDO SINAIS VITAIS, PROCEDIMENTOS REALIZADOS, MEDICAMENTOS ADMINISTRADOS, CONDUTAS ADOTADAS, IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE E REGISTRO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES, SENDO VEDADA A ALTERAÇÃO DOS DADOS APÓS A FINALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO.</p> <p>DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE POSSUIR INTEGRAÇÕES COM SISTEMAS DE GEOLOCALIZAÇÃO (MAPAS E COORDENADAS), RASTREAMENTO DE VIATURAS, DISPOSITIVOS MÓVEIS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS E SISTEMA DE GRAVAÇÃO TELEFÔNICA INTEGRADO, COM ARMAZENAMENTO DAS CHAMADAS, VINCULAÇÃO AUTOMÁTICA AOS RESPECTIVOS ATENDIMENTOS, POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO, CONSULTA E EXPORTAÇÃO DE ÁUDIOS, GARANTINDO RASTREABILIDADE E SUPORTE À AUDITORIA.</p> <p>O SISTEMA DEVERÁ DISPONIBILIZAR MÓDULO MOBILE COM FUNCIONAMENTO ONLINE E OFFLINE, COM SINCRONIZAÇÃO AUTOMÁTICA COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO, PERMITINDO O REGISTRO COMPLETO DAS OCORRÊNCIAS EM CAMPO PELAS EQUIPES DE ATENDIMENTO.</p> <p>DEVERÁ AINDA CONTEMPLAR MÓDULO DE RELATÓRIOS E BUSINESS INTELLIGENCE (BI), COM GERAÇÃO DE RELATÓRIOS OPERACIONAIS, GERENCIAIS E ESTATÍSTICOS, INDICADORES EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXPORTAÇÃO DE DADOS EM FORMATOS PDF, XLS E HTML, BEM COMO DASHBOARDS COM INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ POSSUIR MECANISMOS ROBUSTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO REGISTRO COMPLETO DE LOGS DE ACESSO, CONTROLE DE USUÁRIOS E PERMISSÕES, PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES CIBERNÉTICOS (TAIS</p>				
--	--	--	--	--





	<p>COMO SQL INJECTION E XSS), BACKUP PERIÓDICO E GARANTIA DE INTEGRIDADE DOS DADOS.</p> <p>DEVERÁ TAMBÉM CONTEMPLAR MÓDULOS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS, TAIS COMO CONTROLE DE ALMOXARIFADO DE INSUMOS, GESTÃO DE ESCALA DE EQUIPES, CONTROLE DE EQUIPAMENTOS, CHECKLIST OPERACIONAL E MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DAS OCORRÊNCIAS.</p> <p>A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO INTEGRAL DO OBJETO, DEVENDO IMPLANTAR O SISTEMA, REALIZAR TESTES E VALIDAÇÕES, GARANTIR COMPATIBILIDADE COM A OPERAÇÃO DO SAMU, PRESTAR SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, ATENDER AOS CHAMADOS CONFORME NÍVEIS DE SEVERIDADE (SLA), REALIZAR MANUTENÇÕES CORRETIVAS, PREVENTIVAS E EVOLUTIVAS, BEM COMO PROMOVER TREINAMENTO INICIAL E CONTÍNUO DE TODOS OS USUÁRIOS, COM APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CERTIFICAÇÃO, DEVENDO AINDA DISPONIBILIZAR TREINAMENTO PRESENCIAL SEMPRE QUE NECESSÁRIO E GARANTIR SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL SEMPRE QUE SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALMENTE EM SITUAÇÕES CRÍTICAS OU QUE COMPROMETAM A OPERAÇÃO DO SERVIÇO.</p> <p>DEVERÁ AINDA GARANTIR O SIGILO, A CONFIDENCIALIDADE E A PROTEÇÃO DOS DADOS, RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE POR EVENTUAIS VAZAMENTOS OU USO INDEVIDO DAS INFORMAÇÕES, SENDO VEDADA A REPRODUÇÃO OU COMPARTILHAMENTO DE DADOS SEM AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.</p> <p>A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, ASSUMINDO INTEGRALMENTE TODOS OS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E OPERACIONAIS, NÃO GERANDO QUALQUER VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO ARCAR COM TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, EQUIPAMENTOS E DEMAIS CUSTOS INDIRETOS.</p> <p>DEVERÁ GARANTIR A DISPONIBILIDADE CONTÍNUA DO SISTEMA E DOS DADOS, EVITANDO INTERRUPÇÕES, COMUNICANDO IMEDIATAMENTE EVENTUAIS FALHAS E ADOTANDO MEDIDAS CORRETIVAS, ALÉM DE DISPONIBILIZAR À ADMINISTRAÇÃO, SEMPRE QUE SOLICITADO, A BASE COMPLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES EM FORMATOS ABERTOS, TAIS COMO CSV E PDF, ASSEGURANDO BACKUP E ARMAZENAMENTO ADEQUADO DAS INFORMAÇÕES.</p>					
2	<p>SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO PRESENCIAL DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE DO SAMU, COMPREENDENDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA EM AMBIENTE DE PRODUÇÃO, INCLUINDO A ADEQUAÇÃO DOS MÓDULOS ÀS ROTINAS OPERACIONAIS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE USUÁRIOS E PERFIS DE ACESSO, CADASTRAMENTO DE ESTRUTURAS OPERACIONAIS (UNIDADES, VIATURAS, EQUIPES E PARÂMETROS DO SISTEMA), REALIZAÇÃO DE TESTES FUNCIONAIS E VALIDAÇÃO OPERACIONAL, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO.</p>	26972	SRV	1	R\$ 24.121,00	R\$ 24.121,00



1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam no Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do Objeto

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do Objeto Quanto ao Modelo de Execução

1.4. O serviço é enquadrado como serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Prazo de Vigência

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 15 (quinze) anos, na forma do art. 114 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. As prorrogações serão formalizadas por termo aditivo, condicionadas à comprovação da vantajosidade da manutenção da contratação e à existência de disponibilidade orçamentária.

1.7. O contrato estabelecerá as demais condições relativas à vigência e à eventual prorrogação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO NA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) A presente contratação observa critérios de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à racionalização do uso de recursos, à redução de impactos ambientais e à eficiência operacional;
- b) A solução deverá priorizar a utilização de processos eletrônicos e digitais, reduzindo a necessidade de impressão de documentos físicos e contribuindo para a diminuição do consumo de papel e insumos correlatos;
- c) A contratada deverá adotar boas práticas de tecnologia da informação voltadas à eficiência energética, incluindo a utilização de infraestrutura tecnológica que otimize o consumo de energia e minimize desperdícios operacionais;
- d) Os equipamentos eventualmente fornecidos deverão possuir características de durabilidade e eficiência, bem como observar, sempre que possível, padrões de qualidade e sustentabilidade reconhecidos no mercado;
- e) A solução deverá permitir a utilização remota e o suporte à distância, reduzindo a necessidade de deslocamentos e contribuindo para a diminuição da emissão de poluentes;
- f) As medidas adotadas mostram-se compatíveis com a natureza da contratação, garantindo a incorporação de critérios de sustentabilidade sem impor restrições indevidas à competitividade ou à execução do objeto.

Subcontratação

4.2. Para a presente contratação, não será admitida a subcontratação da parcela principal do objeto, em razão da natureza crítica, integrada e contínua da solução, bem como da necessidade de manutenção do controle técnico, operacional e da responsabilidade integral da contratada perante a Administração.

4.2.1. A execução do objeto envolve atividades interdependentes relacionadas à regulação médica, gestão operacional do SAMU, comunicação crítica, armazenamento de dados sensíveis, suporte técnico contínuo, segurança da informação e atendimento aos níveis mínimos de serviço (SLA), exigindo atuação coordenada, rastreabilidade, padronização operacional e resposta imediata a incidentes.

4.2.3. A fragmentação da execução contratual por meio de subcontratação poderá comprometer a integração entre os módulos da solução, a continuidade da prestação do serviço, a segurança das informações, a rastreabilidade das operações e a definição objetiva de responsabilidades em caso de falhas operacionais ou indisponibilidade do sistema.

4.2.4. Dessa forma, a vedação mostra-se medida necessária e proporcional para assegurar a adequada execução contratual, a continuidade do serviço público essencial e a mitigação de riscos operacionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Atendimento (SLA) e Suporte

4.4. A contratada deverá assegurar a prestação de suporte técnico contínuo à solução, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, garantindo o atendimento aos chamados conforme níveis de criticidade.

- a) Para fins de atendimento, a contratada deverá observar os seguintes níveis de serviço, considerando o prazo de resposta inicial e o prazo de solução definitiva, contados a partir da abertura do chamado:
- b) Serão considerados incidentes críticos aqueles que impliquem indisponibilidade total do sistema, paralisação dos atendimentos, falha na comunicação entre a Central de Regulação e as unidades móveis, perda de dados ou qualquer situação que comprometa diretamente a continuidade do serviço. Para esses casos, o prazo máximo para resposta inicial será de até 1 (uma) hora, e o prazo para solução definitiva ou restabelecimento do serviço será de até 4 (quatro) horas.
- c) Serão considerados incidentes de média criticidade aqueles que causem degradação relevante do sistema, funcionamento parcial de módulos essenciais, lentidão significativa ou falhas em funcionalidades importantes que impactem a operação, sem interromper completamente o serviço. Para esses casos, o prazo máximo para resposta inicial será de até 4 (quatro) horas, e o prazo para solução definitiva será de até 24 (vinte e quatro) horas.

- d) Serão considerados incidentes de baixa criticidade aqueles relacionados a falhas pontuais, erros não críticos, problemas em funcionalidades acessórias ou inconsistências que não impactem de forma significativa a execução dos atendimentos. Para esses casos, o prazo máximo para resposta inicial será de até 8 (oito) horas, e o prazo para solução definitiva será de até 72 (setenta e duas) horas.
- e) O suporte deverá ser realizado de forma remota e, sempre que necessário, de forma presencial, especialmente em situações críticas ou que possam comprometer a continuidade do serviço.

O descumprimento dos níveis de serviço (SLA) ensejará a aplicação de glosas proporcionais no pagamento mensal, conforme critérios definidos no instrumento contratual.

Backup, Segurança e Portabilidade dos Dados

4.5. A contratada será integralmente responsável pela realização de rotinas de backup dos dados gerados e armazenados na solução, devendo garantir a integridade, disponibilidade, confidencialidade e rastreabilidade das informações.

- a) Os backups deverão ser realizados de forma periódica e automatizada, em periodicidade compatível com a criticidade do serviço, assegurando a possibilidade de restauração tempestiva em caso de falhas, incidentes ou perda de dados.
- b) A contratada deverá manter mecanismos que garantam a recuperação completa dos dados em prazos compatíveis com os níveis de serviço estabelecidos, sem prejuízo à continuidade da operação.
- c) Ao término do contrato, ou em caso de rescisão por qualquer motivo, a contratada ficará obrigada a:
- disponibilizar à Administração todos os dados produzidos ou armazenados durante a execução contratual, de forma íntegra, atualizada e segura;
 - fornecer os dados em formato aberto, estruturado e interoperável, que permita sua utilização futura pela Administração ou por eventual nova contratada;

- assegurar a transferência segura das informações, sem perda, alteração ou comprometimento dos dados;
 - prestar apoio técnico necessário para viabilizar a migração ou transição da solução, quando solicitado pela Administração.
- d) Fica vedada a retenção, bloqueio ou qualquer forma de restrição de acesso aos dados por parte da contratada após o encerramento do vínculo contratual.
- e) Todos os custos relacionados às atividades de backup, armazenamento, recuperação e disponibilização dos dados estão integralmente incluídos no valor contratado, não sendo admitida qualquer cobrança adicional.

Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD)

4.6. A presente contratação envolve o tratamento de dados pessoais, devendo as partes observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Para fins desta contratação, a Administração Pública Municipal será considerada Controladora dos dados pessoais, cabendo-lhe as decisões referentes ao tratamento, enquanto a contratada atuará na condição de Operadora, realizando o tratamento de dados em nome da Administração, conforme as instruções recebidas.

A contratada compromete-se a:

- a) tratar os dados pessoais exclusivamente para a execução do objeto contratual, vedada qualquer utilização para finalidade diversa;
- b) adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- c) manter o sigilo e a confidencialidade das informações, inclusive após o término do contrato;
- d) comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados;
- e) garantir que seus empregados, prepostos e eventuais colaboradores estejam devidamente orientados quanto às obrigações de proteção de dados;

- f) não compartilhar, transferir ou divulgar dados pessoais a terceiros, salvo mediante autorização expressa da Administração ou nos casos legalmente previstos;
- g) ao término do contrato, devolver ou eliminar, conforme orientação da Administração, todos os dados pessoais tratados, observadas as hipóteses legais de retenção.

O descumprimento das obrigações previstas neste item poderá ensejar a aplicação das sanções contratuais cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal previstas na legislação aplicável.

Treinamento

4.7. A contratada deverá promover o treinamento inicial dos usuários da solução, bem como garantir a oferta contínua de capacitações ao longo da execução contratual, abrangendo a formação de novos usuários, a realização de reciclagens periódicas e treinamentos decorrentes de atualizações ou evoluções do sistema.

- a) Os treinamentos deverão ser disponibilizados tanto na modalidade presencial quanto remota, conforme a necessidade da Administração, especialmente em casos de implantação, atualizações relevantes ou sempre que solicitado.
- b) Fica expressamente estabelecido que todos os serviços de treinamento e suporte técnico, incluindo deslocamentos, materiais, infraestrutura necessária e quaisquer outros custos relacionados, são de inteira responsabilidade da contratada, estando integralmente incluídos no valor contratado, não sendo admitida, em hipótese alguma, cobrança adicional à Administração por tais serviços durante toda a vigência contratual.

Disponibilidade da Solução

4.8. A solução deverá garantir disponibilidade mínima mensal de 99,5%, excetuadas manutenções previamente autorizadas.

4.8.1. O descumprimento do percentual mínimo de disponibilidade mensal da solução ensejará a aplicação de glosa proporcional no pagamento mensal, calculada com base no tempo total de indisponibilidade apurado no período de referência, considerando-se a relação percentual entre o tempo de indisponibilidade e o tempo total de operação mensal da solução.

4.8.2. Para fins de apuração, serão considerados todos os períodos de indisponibilidade, totais ou parciais, que impactem o funcionamento da solução, inclusive aqueles decorrentes de falhas sistêmicas, interrupções de comunicação, degradação de desempenho ou indisponibilidade de funcionalidades essenciais.

4.8.3. Somente serão desconsiderados, para fins de cálculo, os períodos de indisponibilidade previamente autorizados pela Administração, desde que não comprometam a continuidade do serviço.

4.8.4. A indisponibilidade da solução será considerada, para todos os efeitos, como incidente crítico, devendo observar, cumulativamente, os prazos de atendimento e solução definidos nos níveis de serviço (SLA).

4.8.5. A aplicação da glosa não afasta a incidência de outras penalidades previstas no instrumento contratual, inclusive multa, advertência ou rescisão, especialmente nos casos de reincidência, indisponibilidade prolongada ou comprometimento da continuidade do serviço público.

4.8.6. A contratada deverá disponibilizar mecanismos de monitoramento e registros auditáveis que permitam à Administração verificar, de forma objetiva, os níveis de disponibilidade e os períodos de indisponibilidade da solução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços terá início em até 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, período destinado ao planejamento, mobilização da equipe, levantamento de informações e preparação da implantação da solução, sem prejuízo da continuidade do serviço atualmente em operação, até a completa transição e validação da nova solução.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) A execução do objeto compreende a implantação, disponibilização, operação, suporte técnico, manutenção e atualização contínua da solução integrada de tecnologia da informação;

- b) A fase de implantação incluirá, no mínimo: instalação, configuração, parametrização, integração com os sistemas e equipamentos existentes, testes operacionais e validação pela Administração;
- c) Após a implantação, a contratada deverá garantir a plena operação da solução, assegurando seu funcionamento contínuo, disponibilidade, integridade e segurança das informações;
- d) A execução dos serviços será orientada por níveis de serviço (SLA), incluindo atendimento a incidentes, suporte técnico, correções, atualizações e melhorias necessárias ao adequado funcionamento da solução;
- e) A contratada deverá realizar o monitoramento contínuo da solução, adotando medidas preventivas e corretivas para evitar falhas, indisponibilidades ou degradação do desempenho;
- f) A solução deverá operar de forma ininterrupta, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;
- g) A contratada será responsável por todos os recursos necessários à execução do objeto, incluindo infraestrutura, sistemas, equipamentos, insumos e equipe técnica, sem qualquer ingerência da Administração na gestão desses meios;
- h) A execução deverá observar as boas práticas de tecnologia da informação, segurança da informação, proteção de dados e continuidade de serviços críticos.
- i) A contratada deverá promover o treinamento inicial dos usuários da solução durante a fase de implantação, bem como garantir a oferta contínua de capacitações ao longo da execução contratual, abrangendo a formação de novos usuários, a realização de reciclagens periódicas e treinamentos decorrentes de atualizações ou evoluções do sistema, nas modalidades presencial e remota, conforme a necessidade da Administração, estando todos os custos integralmente incluídos no valor contratado, sem possibilidade de cobrança adicional;

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

- a) Fase 1 – Planejamento e mobilização: até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço;
- b) Fase 2 – Implantação da solução: conforme cronograma a ser apresentado pela contratada e aprovado pela Administração, devendo contemplar todas as etapas necessárias à entrada em operação;

- c) Fase 3 – Operação assistida: período inicial após a implantação, destinado à estabilização da solução, correção de eventuais falhas e validação operacional;
- d) Fase 4 – Operação contínua: execução regular dos serviços, com suporte técnico, manutenção, atualizações e atendimento aos níveis de serviço estabelecidos;
- e) A transição entre as fases deverá ocorrer sem interrupção do serviço, especialmente considerando tratar-se de serviço essencial.
- f) Durante a fase de implantação e operação assistida, deverão ser realizados os treinamentos iniciais e complementares necessários à plena utilização da solução pelos usuários da Administração.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Afonso Cafaro, nº 2027, Bairro Higienópolis, Fernandópolis/SP.

5.3. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, considerando tratar-se de serviço essencial à área da saúde.

Garantia do Serviço

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Considerando a natureza do objeto, caracterizado como serviço continuado de tecnologia da informação com operação crítica, a adequada execução contratual será assegurada, principalmente, por meio de níveis mínimos de serviço (SLA), incluindo prazos de atendimento, solução de incidentes, disponibilidade do sistema e suporte técnico contínuo. Não se verifica, portanto, necessidade técnica ou econômica de exigência de garantia contratual adicional específica, uma vez que a qualidade e a continuidade dos serviços serão monitoradas e exigidas por meio de indicadores de desempenho e mecanismos de fiscalização contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1. Na hipótese de convocação, a contratada deverá indicar formalmente preposto, devidamente qualificado e com poderes para representá-la perante a Administração, apresentando seus dados de contato atualizados (telefone e e-mail), os quais serão utilizados para a realização de todas as tratativas administrativas, operacionais e contratuais, sendo o preposto considerado o canal oficial de comunicação entre as partes.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor atualizado da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor atualizado da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no COMPRAS.GOV.BR serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, quando da conclusão da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser sanados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.1. O prazo de saneamento previsto neste item não se confunde, nem suspende, os prazos de atendimento e de solução definidos nos níveis de serviço (SLA), devendo ser observados os prazos de resposta inicial e de solução definitiva conforme a classificação de criticidade dos incidentes.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. O prazo de validade.

8.9.2. A data da emissão.

8.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

8.9.4. O período respectivo de execução do contrato.

8.9.5. O valor a pagar.

8.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá conter, obrigatoriamente, os dados bancários para pagamento, incluindo banco, agência e número da conta corrente, os quais deverão estar vinculados ao titular do CNPJ do Contratado, vedada a indicação de dados bancários de terceiros, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.12. A Administração deverá realizar consulta para:

8.12.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

8.12.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.19. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

8.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

8.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026.

8.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.27. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.28. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.29. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.30. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.5. Sociedade empresária (inclusive sociedade limitada) ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável.

9.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil

das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.11. O objeto social constante do contrato ou estatuto social da empresa deverá guardar compatibilidade com o objeto da contratação, sendo vedada a habilitação de empresa cujo objeto social seja manifestamente incompatível, admitindo-se a compatibilidade por afinidade ou correlação, desde que comprovada a capacidade para execução do objeto.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.18. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos estaduais.

9.19. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos municipais.

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.22. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão Negativa de falência (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.24. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.24.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.24.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.24.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.25. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 283.321,00 (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e um reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao exercício financeiro de 2026, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Fernandópolis, sob a dotação orçamentária própria já prevista para esta contratação.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Fernandópolis-SP, 15 de abril de 2026.

JOSE MARTINS PINTO NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDOPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

B024ECA698CC456586643AE51898850B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: JOSE MARTINS PINTO NETO em 19/05/2026 12:02:59

CPF:***.***.708-30

Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B024ECA698CC456586643AE51898850B>



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO Nº XX/XXXX

A **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, sediada à Rua Porto Alegre, nº 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, Sr. João Paulo Sales Cantarella, nomeado em 01 de janeiro de 2025 pelo Termo de Posse da Câmara Municipal de Fernandópolis para a Legislatura 2025/2028, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXX**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXX, Nº XX, Bairro: XXXX, XXXX/XX, CEP XXXXX-XXX, (XX) XXXXX-XXXX**, Email: **XXXX@XXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste instrumento representada por seu Representante Legal, Sr.(a) **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2340/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável, **resolvem celebrar o presente Termo de Contrato**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 033/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA TI E SOFTWARE DE CONTROLE E GESTÃO EM SAÚDE PARA O SAMU”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

GRUPO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOFTWARE DE CONTROLE, REGULAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE, SEM LIMITE NO NÚMERO DE USUÁRIOS, DESTINADA AO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP (CENTRAL DE REGULAÇÃO), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ESPECIALMENTE A LEI Nº	26077	MÊS	12	R\$	R\$



<p>14.133/2021, A LEI Nº 13.709/2018 (LGPD), A PORTARIA MS/GM Nº 2048/2002, PORTARIA MS Nº 2026/2011, PORTARIA MS Nº 1010/2012 E PORTARIA SAS/MS Nº 356/2013, BEM COMO SUAS ATUALIZAÇÕES.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ SER DISPONIBILIZADA EM AMBIENTE WEB, ACESSÍVEL POR NAVEGADORES, COM OPERAÇÃO CONTÍNUA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, HOSPEDADA EM DATACENTER TIER 3 LOCALIZADO EM TERRITÓRIO NACIONAL, GARANTINDO ALTA DISPONIBILIDADE, INTEGRIDADE, CONFIDENCIALIDADE E RASTREABILIDADE DAS INFORMAÇÕES, MEDIANTE CONTROLE DE ACESSO POR NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AUTENTICAÇÃO SEGURA, CRIPTOGRAFIA DE DADOS, REGISTRO DE LOGS, BLOQUEIO POR TENTATIVAS INVÁLIDAS E REGISTRO INTEGRAL DE TODAS AS AÇÕES REALIZADAS NO SISTEMA COM IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO, DATA E HORA.</p> <p>O SISTEMA DEVERÁ CONTEMPLAR, DE FORMA INTEGRADA, A GESTÃO COMPLETA DO FLUXO OPERACIONAL DO SAMU, INCLUINDO REGISTRO DE CHAMADAS PELO TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA (TARM), ENCAMINHAMENTO AUTOMÁTICO PARA REGULAÇÃO MÉDICA, CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE E CRITICIDADE, CONTROLE INTEGRAL DAS ETAPAS DE ATENDIMENTO (CHAMADO, REGULAÇÃO, DESPACHO, ATENDIMENTO E ENCERRAMENTO), BEM COMO CONTROLE AUTOMÁTICO DOS TEMPOS DE RESPOSTA, SEM POSSIBILIDADE DE EDIÇÃO MANUAL, GARANTINDO RASTREABILIDADE E AUDITABILIDADE.</p> <p>DEVERÁ AINDA POSSUIR MÓDULO DE REGULAÇÃO MÉDICA COM REGISTRO OBRIGATÓRIO DAS AÇÕES DE TELEMEDICINA, DEFINIÇÃO DE CONDUTAS COM OU SEM INTERVENÇÃO, CLASSIFICAÇÃO POR PROTOCOLOS RECONHECIDOS (COMO MANCHESTER OU EQUIVALENTE), E CONTROLE DE TRANSFERÊNCIAS INTER-HOSPITALARES E GESTÃO DE VAGAS.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR GESTÃO DE FROTA COM MONITORAMENTO EM TEMPO REAL, RASTREAMENTO DE VIATURAS POR GEOLOCALIZAÇÃO, CONTROLE DE DESLOCAMENTOS E TEMPOS OPERACIONAIS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE ENVIO SIMULTÂNEO DE MÚLTIPLAS VIATURAS PARA UMA MESMA OCORRÊNCIA, DEVENDO OBRIGATORIAMENTE ATENDER E SER IMPLEMENTADA EM, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS EMBARCADOS E PLENA OPERACIONALIZAÇÃO EM CAMPO.</p> <p>DEVERÁ SER REALIZADO O SERVIÇO INTEGRADO DE LICENCIAMENTO MOBILE PARA 07 (SETE) DISPOSITIVOS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS DO SAMU, COM O FORNECIMENTO DE 07 (SETE) TABLETS, INCLUINDO PLANO DE DADOS 4G COM FRANQUIA MENSAL COMPATÍVEL COM A OPERAÇÃO, BEM COMO ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, TAIS COMO CAPA ANTICHOQUE, PELÍCULA PROTETORA DE TELA E CARREGADOR, DEVIDAMENTE CONFIGURADOS E INTEGRADOS AO SISTEMA.</p> <p>NO MÓDULO DE ATENDIMENTO EM CENA, O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR O REGISTRO COMPLETO DE DADOS CLÍNICOS DO PACIENTE, INCLUINDO SINAIS VITAIS, PROCEDIMENTOS REALIZADOS, MEDICAMENTOS ADMINISTRADOS, CONDUTAS ADOTADAS, IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE E REGISTRO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES, SENDO VEDADA A ALTERAÇÃO DOS DADOS APÓS A FINALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO.</p>				
---	--	--	--	--





<p>DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE POSSUIR INTEGRAÇÕES COM SISTEMAS DE GEOLOCALIZAÇÃO (MAPAS E COORDENADAS), RASTREAMENTO DE VIATURAS, DISPOSITIVOS MÓVEIS EMBARCADOS NAS AMBULÂNCIAS E SISTEMA DE GRAVAÇÃO TELEFÔNICA INTEGRADO, COM ARMAZENAMENTO DAS CHAMADAS, VINCULAÇÃO AUTOMÁTICA AOS RESPECTIVOS ATENDIMENTOS, POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO, CONSULTA E EXPORTAÇÃO DE ÁUDIOS, GARANTINDO RASTREABILIDADE E SUPORTE À AUDITORIA.</p> <p>O SISTEMA DEVERÁ DISPONIBILIZAR MÓDULO MOBILE COM FUNCIONAMENTO ONLINE E OFFLINE, COM SINCRONIZAÇÃO AUTOMÁTICA COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO, PERMITINDO O REGISTRO COMPLETO DAS OCORRÊNCIAS EM CAMPO PELAS EQUIPES DE ATENDIMENTO.</p> <p>DEVERÁ AINDA CONTEMPLAR MÓDULO DE RELATÓRIOS E BUSINESS INTELLIGENCE (BI), COM GERAÇÃO DE RELATÓRIOS OPERACIONAIS, GERENCIAIS E ESTATÍSTICOS, INDICADORES EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXPORTAÇÃO DE DADOS EM FORMATOS PDF, XLS E HTML, BEM COMO DASHBOARDS COM INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO.</p> <p>A SOLUÇÃO DEVERÁ POSSUIR MECANISMOS ROBUSTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO REGISTRO COMPLETO DE LOGS DE ACESSO, CONTROLE DE USUÁRIOS E PERMISSÕES, PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES CIBERNÉTICOS (TAIS COMO SQL INJECTION E XSS), BACKUP PERIÓDICO E GARANTIA DE INTEGRIDADE DOS DADOS.</p> <p>DEVERÁ TAMBÉM CONTEMPLAR MÓDULOS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS, TAIS COMO CONTROLE DE ALMOXARIFADO DE INSUMOS, GESTÃO DE ESCALA DE EQUIPES, CONTROLE DE EQUIPAMENTOS, CHECKLIST OPERACIONAL E MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DAS OCORRÊNCIAS.</p> <p>A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO INTEGRAL DO OBJETO, DEVENDO IMPLANTAR O SISTEMA, REALIZAR TESTES E VALIDAÇÕES, GARANTIR COMPATIBILIDADE COM A OPERAÇÃO DO SAMU, PRESTAR SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, ATENDER AOS CHAMADOS CONFORME NÍVEIS DE SEVERIDADE (SLA), REALIZAR MANUTENÇÕES CORRETIVAS, PREVENTIVAS E EVOLUTIVAS, BEM COMO PROMOVER TREINAMENTO INICIAL E CONTÍNUO DE TODOS OS USUÁRIOS, COM APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CERTIFICAÇÃO, DEVENDO AINDA DISPONIBILIZAR TREINAMENTO PRESENCIAL SEMPRE QUE NECESSÁRIO E GARANTIR SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL SEMPRE QUE SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALMENTE EM SITUAÇÕES CRÍTICAS OU QUE COMPROMETAM A OPERAÇÃO DO SERVIÇO.</p> <p>DEVERÁ AINDA GARANTIR O SIGILO, A CONFIDENCIALIDADE E A PROTEÇÃO DOS DADOS, RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE POR EVENTUAIS VAZAMENTOS OU USO INDEVIDO DAS INFORMAÇÕES, SENDO VEDADA A REPRODUÇÃO OU COMPARTILHAMENTO DE DADOS SEM AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.</p> <p>A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, ASSUMINDO INTEGRALMENTE TODOS OS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E OPERACIONAIS, NÃO GERANDO QUALQUER</p>				
---	--	--	--	--





	VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO ARCAR COM TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, EQUIPAMENTOS E DEMAIS CUSTOS INDIRETOS. DEVERÁ GARANTIR A DISPONIBILIDADE CONTÍNUA DO SISTEMA E DOS DADOS, EVITANDO INTERRUPÇÕES, COMUNICANDO IMEDIATAMENTE EVENTUAIS FALHAS E ADOTANDO MEDIDAS CORRETIVAS, ALÉM DE DISPONIBILIZAR À ADMINISTRAÇÃO, SEMPRE QUE SOLICITADO, A BASE COMPLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES EM FORMATOS ABERTOS, TAIS COMO CSV E PDF, ASSEGURANDO BACKUP E ARMAZENAMENTO ADEQUADO DAS INFORMAÇÕES.					
2	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO PRESENCIAL DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE DO SAMU, COMPREENDENDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA EM AMBIENTE DE PRODUÇÃO, INCLUINDO A ADEQUAÇÃO DOS MÓDULOS ÀS ROTINAS OPERACIONAIS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE USUÁRIOS E PERFIS DE ACESSO, CADASTRAMENTO DE ESTRUTURAS OPERACIONAIS (UNIDADES, VIATURAS, EQUIPES E PARÂMETROS DO SISTEMA), REALIZAÇÃO DE TESTES FUNCIONAIS E VALIDAÇÃO OPERACIONAL, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO.	26972	SRV	1	R\$	R\$

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência.

1.2.2. O Edital da Licitação.

1.2.3. A Proposta do contratado.

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 15 (quinze) anos, na forma do art. 114 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. As prorrogações serão formalizadas por termo aditivo, condicionadas à comprovação da vantajosidade da manutenção da contratação e à existência de disponibilidade orçamentária.



3. CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.1.1. A execução dos serviços terá início em até 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, período destinado ao planejamento, mobilização da equipe, levantamento de informações e preparação da implantação da solução, sem prejuízo da continuidade do serviço atualmente em operação, até a completa transição e validação da nova solução.

3.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- a) A execução do objeto compreende a implantação, disponibilização, operação, suporte técnico, manutenção e atualização contínua da solução integrada de tecnologia da informação;
- b) A fase de implantação incluirá, no mínimo: instalação, configuração, parametrização, integração com os sistemas e equipamentos existentes, testes operacionais e validação pela Administração;
- c) Após a implantação, a contratada deverá garantir a plena operação da solução, assegurando seu funcionamento contínuo, disponibilidade, integridade e segurança das informações;
- d) A execução dos serviços será orientada por níveis de serviço (SLA), incluindo atendimento a incidentes, suporte técnico, correções, atualizações e melhorias necessárias ao adequado funcionamento da solução;
- e) A contratada deverá realizar o monitoramento contínuo da solução, adotando medidas preventivas e corretivas para evitar falhas, indisponibilidades ou degradação do desempenho;
- f) A solução deverá operar de forma ininterrupta, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;

- g) A contratada será responsável por todos os recursos necessários à execução do objeto, incluindo infraestrutura, sistemas, equipamentos, insumos e equipe técnica, sem qualquer ingerência da Administração na gestão desses meios;
- h) A execução deverá observar as boas práticas de tecnologia da informação, segurança da informação, proteção de dados e continuidade de serviços críticos.
- i) A contratada deverá promover o treinamento inicial dos usuários da solução durante a fase de implantação, bem como garantir a oferta contínua de capacitações ao longo da execução contratual, abrangendo a formação de novos usuários, a realização de reciclagens periódicas e treinamentos decorrentes de atualizações ou evoluções do sistema, nas modalidades presencial e remota, conforme a necessidade da Administração, estando todos os custos integralmente incluídos no valor contratado, sem possibilidade de cobrança adicional;

3.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

- a) Fase 1 – Planejamento e mobilização: até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço;
- b) Fase 2 – Implantação da solução: conforme cronograma a ser apresentado pela contratada e aprovado pela Administração, devendo contemplar todas as etapas necessárias à entrada em operação;
- c) Fase 3 – Operação assistida: período inicial após a implantação, destinado à estabilização da solução, correção de eventuais falhas e validação operacional;
- d) Fase 4 – Operação contínua: execução regular dos serviços, com suporte técnico, manutenção, atualizações e atendimento aos níveis de serviço estabelecidos;
- e) A transição entre as fases deverá ocorrer sem interrupção do serviço, especialmente considerando tratar-se de serviço essencial.
- f) Durante a fase de implantação e operação assistida, deverão ser realizados os treinamentos iniciais e complementares necessários à plena utilização da solução pelos usuários da Administração.

Garantia do Serviço

3.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.5. Considerando a natureza do objeto, caracterizado como serviço continuado de tecnologia da informação com operação crítica, a adequada execução contratual será assegurada, principalmente, por meio de níveis mínimos de serviço (SLA), incluindo prazos de atendimento, solução de incidentes, disponibilidade do sistema e suporte técnico contínuo. Não se verifica, portanto, necessidade técnica ou econômica de exigência de garantia contratual adicional específica, uma vez que a qualidade e a continuidade dos serviços serão monitoradas e exigidas por meio de indicadores de desempenho e mecanismos de fiscalização contratual.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.8. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.9. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (Pedido de Empenho), a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.12. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.13. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.15. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.18. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

3.21. Cabe ao gestor do contrato:

3.21.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento do Bem, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

3.21.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.21.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.21.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.21.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

3.21.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.21.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Para a presente contratação, não será admitida a subcontratação da parcela principal do objeto, em razão da natureza crítica, integrada e contínua da solução, bem como da necessidade de manutenção do controle técnico, operacional e da responsabilidade integral da contratada perante a Administração.

4.2.1. A execução do objeto envolve atividades interdependentes relacionadas à regulação médica, gestão operacional do SAMU, comunicação crítica, armazenamento de dados sensíveis, suporte técnico contínuo, segurança da informação e atendimento aos níveis mínimos de serviço (SLA), exigindo atuação coordenada, rastreabilidade, padronização operacional e resposta imediata a incidentes.

4.2.3. A fragmentação da execução contratual por meio de subcontratação poderá comprometer a integração entre os módulos da solução, a continuidade da prestação do serviço, a segurança das informações, a rastreabilidade das operações e a definição objetiva de responsabilidades em caso de falhas operacionais ou indisponibilidade do sistema.

4.2.4. Dessa forma, a vedação mostra-se medida necessária e proporcional para assegurar a adequada execução contratual, a continuidade do serviço público essencial e a mitigação de riscos operacionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXX,XX (XXX)**.

6. CLÁUSULA SEXTA: DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, quando da conclusão da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser sanados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.1. O prazo de saneamento previsto neste item não se confunde, nem suspende, os prazos de atendimento e de solução definidos nos níveis de serviço (SLA), devendo ser

observados os prazos de resposta inicial e de solução definitiva conforme a classificação de criticidade dos incidentes.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.9.1. O prazo de validade.

6.9.2. A data da emissão.

6.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

6.9.4. O período respectivo de execução do contrato.

6.9.5. O valor a pagar.

6.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.9.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá conter, obrigatoriamente, os dados bancários para pagamento, incluindo banco, agência e número da conta corrente, os quais deverão estar vinculados ao titular do CNPJ do Contratado, vedada a indicação de dados bancários de terceiros, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.12. A Administração deverá realizar consulta para:

6.12.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

6.12.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

6.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

6.19. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

6.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir do Contratado o integral cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, no edital e em seus anexos.

8.3. Receber os bens no prazo, local e condições estabelecidos no Termo de Referência, observadas as regras de recebimento provisório e definitivo previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sempre que forem constatados vícios, defeitos, avarias, inconformidades técnicas ou quantidade divergente, para que proceda, às suas expensas, à substituição, correção, reparo ou complementação dos bens entregues.

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Nas hipóteses de controvérsia quanto à conformidade dos bens entregues (dimensão, qualidade, quantidade), comunicar o Contratado para que emita Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado, no prazo, forma e condições previstas neste Contrato e no Termo de Referência, desde que atendidos os requisitos legais de liquidação da despesa.
- 8.8. Aplicar ao Contratado as penalidades previstas na legislação e neste Contrato, quando cabíveis.
- 8.9. Notificar a Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC para adoção das medidas pertinentes sempre que houver descumprimento contratual.
- 8.10. Emitir decisão, de forma expressa, sobre todas as solicitações e reclamações do Contratado relacionadas à execução deste Contrato, excetuadas aquelas manifestamente impertinentes, protelatórias ou irrelevantes para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração decidirá sobre requerimentos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período.
- 8.11. Responder a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias apresentadas pelo Contratado sobre a instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.
- 8.13. Comunicar ao Contratado quaisquer alterações que decorram de determinação administrativa ou de ajustamentos necessários ao cumprimento contratual, observados os limites do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.14. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em razão de atos do Contratado, seus empregados, prepostos ou representantes.

9. CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da perfeita entrega dos bens, observados os prazos, especificações e condições estabelecidas.

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante a execução contratual, especialmente para fins de comunicação e recebimento de notificações.

9.3. A Administração poderá recusar a indicação ou manutenção do preposto, desde que justificadamente, devendo o Contratado proceder à imediata substituição.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

9.5. Entregar os bens de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora, em perfeitas condições de funcionamento, qualidade e segurança, observando-se a legislação aplicável e as normas técnicas pertinentes.

9.6. Reparar, corrigir, substituir ou recolher, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quaisquer bens entregues com vícios, defeitos, inadequações ou desconformidades com as especificações contratadas.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos bens fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não afastando tal responsabilidade o acompanhamento ou fiscalização do Contratante. A Administração poderá descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, quando exigida, valores correspondentes aos danos apurados.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. Quando não for possível à Administração verificar eletronicamente a regularidade do contratado, este deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização os documentos exigidos no Termo de Referência, devidamente válidos e atualizados durante toda a vigência contratual.

- 9.10. Manter a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e demais condições exigidas na fase de habilitação, durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento contratual, como atraso na entrega por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração, garantindo aos seus prepostos acesso aos documentos essenciais relacionados ao fornecimento.
- 9.13. Suspender a entrega dos bens quando houver determinação expressa do Contratante, especialmente quando houver risco de entrega em desacordo com as especificações ou com potencial de causar prejuízo à Administração.
- 9.14. Promover a guarda e conservação dos bens até sua efetiva entrega à Administração, respondendo integralmente por perdas, danos, extravios, avarias ou deteriorações ocorridas antes do recebimento.
- 9.15. Realizar o transporte, manuseio e entrega dos bens de forma a garantir a integridade do material, em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.
- 9.16. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, qualquer solicitação de alteração de marca, modelo ou especificação, devidamente justificada, ficando sua aceitação condicionada à avaliação técnica e autorização expressa da Administração.
- 9.17. Não permitir a utilização de mão de obra em desconformidade com a legislação trabalhista, especialmente no que se refere à proibição de trabalho infantil e ao respeito às normas de saúde e segurança.
- 9.18. Manter durante toda a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 55, XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.19. Cumprir a legislação referente à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.20. Comprovar, quando solicitado pelo fiscal do contrato, a efetiva observância das reservas de vagas previstas em lei, mediante apresentação dos documentos pertinentes.

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações às quais tiver acesso em decorrência da execução contratual.

9.22. Arcar com eventuais ônus decorrentes de erro na formulação de sua proposta, especialmente quanto ao dimensionamento dos custos e quantitativos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas, exceto nas hipóteses do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.23. Cumprir, além das normas legais vigentes, todas as regras de segurança e procedimentos determinados pelo Contratante quando da entrega dos bens.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1. Somente serão divulgados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público, assim entendido como aquele que atende ao direito fundamental consagrado no inciso XXXIII do artigo 5º, conjugado com o artigo 37 da Constituição, ou seja, aquilo que é necessário e indispensável para o controle social da transparência pública.

10.2. No inciso V do art. 7º da LGPD há hipótese específica de tratamento de dados pessoais quando necessário à execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

10.3. O consentimento específico do titular é tácito, nesses casos, em decorrência da autonomia da vontade expressa no momento da realização do instrumento contratual, ou seja, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do ato (art. 7º, inciso V, da LGPD).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato.

- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

12.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

12.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a

extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação.

12.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação.

12.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor atualizado da contratação.

12.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor atualizado da contratação.

12.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor atualizado da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma que ocorreu a licitação.

12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma que ocorreu a licitação serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

12.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

12.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que tal ocorra antes do término do prazo de vigência.

13.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo contratual, a vigência poderá ser prorrogada exclusivamente para fins de conclusão do fornecimento, quando houver interesse da Administração e desde que presentes os requisitos legais para prorrogação.

13.3. Quando a não conclusão do fornecimento decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas em lei e neste contrato.

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais cabíveis para assegurar a continuidade do atendimento da necessidade administrativa, inclusive mediante contratação de remanescente, nova licitação ou outro meio admitido em lei.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou antes do término da vigência, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesses casos, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.4.2. A alteração social, transformação societária ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não implicará extinção contratual se não comprometer sua capacidade de cumprir o objeto contratado.

13.4.2.1. Havendo mudança da pessoa jurídica contratada, a alteração subjetiva deverá ser formalizada mediante termo aditivo, observados os requisitos legais.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos valores ainda devidos.

13.5.3. Apuração de eventuais indenizações, multas ou recomposições devidas.

13.6. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido durante sua execução, hipótese em que poderá ser concedida indenização mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Geral vigente, devidamente aprovados pela Lei Orçamentária nº XXX/XXXX, conforme classificação orçamentária abaixo descrita:

Órgão/Unidade:

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa/Projeto/Atividade:

MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Natureza da Despesa:

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Prefeitura de Fernandópolis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.



Fernandópolis-SP, de de 20.... .

JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal

XXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. xxxx

2. xxxx





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDOPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

FAA4C85E94184C6F9B956F1742B3DE66

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FAA4C85E94184C6F9B956F1742B3DE66>